

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO - UNIDADE SANTANA DO IPANEMA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANIELLE VITURINO DA SILVA

**A comercialização de produtos orgânicos: Um olhar a partir das experiências existentes no Brasil.**

Santana do Ipanema

2018

DANIELLE VITURINO DA SILVA

**A comercialização de produtos orgânicos: Um olhar a partir das experiências existentes no Brasil.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Santana do Ipanema

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Santana do Ipanema**  
**Responsável: Rafaela Lima de Araújo**

S586c Silva, Danielle Viturino da.  
A comercialização de produtos orgânicos: Um olhar a partir das experiências existentes no Brasil. / Danielle Viturino da Silva.  
f.60.: il.  
Orientador: Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências econômicas. Santana do Ipanema, 2018.  
Bibliografia: f. 53-57.  
Apêndice: 58-60.

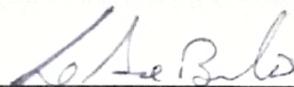
1.Economia rural 2.Agroecologia 3.Agricultura orgânica I. Título.

CDU: 330

DANIELLE VITURINO DA SILVA

A comercialização de produtos orgânicos: Um olhar a partir das experiências existentes no Brasil.

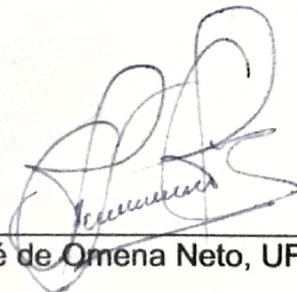
Monografia submetida à banca examinadora na Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 25 de janeiro de 2018.



---

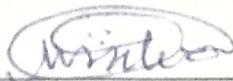
Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa – UFAL

**Banca Examinadora:**



---

(Prof. Mestre Alcides José de Omena Neto, UFAL) (Examinador 1)



---

(Prof. Mestre Mauricio de Siqueira Silva, UFAL) (Examinador 2)

## DEDICATÓRIA

A Deus, primeiramente, por ter me dado forças e me guiado durante toda  
essa trajetória.

Aos meus pais, por todo o apoio emocional e financeiro.

Aos meus irmãos, pela paciência e cumplicidade.

A todos meus familiares.

Aos meus professores.

Aos meus amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por minha vida, pela força e coragem para superar todos desafios, não somente nestes anos como universitária, mas em todos momentos.

Agradeço a minha mãe Luciana Viturino e ao meu pai José Ailton, juntamente com meus irmãos Ailton Viturino e Wellison Viturino pelo amor, compreensão, incentivo e total apoio nas minhas escolhas, por sempre estarem presentes nos momentos difíceis, por sempre me estenderem às mãos quando mais precisei, serei eternamente grata. Aos meus demais familiares em especial minha vó Isabel Viturino e minha tia Lucilene Viturino que também sempre me deram total apoio e incentivo nos estudos.

Agradeço também a todos os professores que tive em minha vida, desde o primário a Universidade, todos foram fundamentais para essa conquista. Agradeço em especial a todos os professores da UFAL – Santana do Ipanema, que diretamente ou indiretamente colaboraram para meu crescimento pessoal e profissional, em especial agradeço ao prof.º Luciano Barbosa meu orientador, e líder do grupo de pesquisa: Centro de Estudos sobre Ecodesenvolvimento e Agroecologia (CEEA) a qual sou colaboradora, que sempre incentivou e colaborou para a construção de artigos. Agradeço também ao prof.º José Francisco, que hoje não está mais na Unidade, mas durante o período que estive me colocou em projetos e sempre incentivou a produção de artigos científicos.

Quero agradecer as minhas companheiras de turma, Beatriz Soares e Kleciane Nunes que proporcionaram tardes alegres e divertidas durante esses quatro anos, agradecer também pelos trabalhos feitos juntas, e pela compreensão e companheirismo durante todo o curso. Todos vocês foram essenciais nessa caminhada.

## RESUMO

A agricultura orgânica vem sendo um dos paradigmas de produção que tem ganhado destaque na academia e no campo. Por ser um paradigma de produção que respeita as limitações do meio ambiente, e busca desenvolver o manejo ecologicamente correto das terras agricultáveis, sem uso de fertilizantes e sementes geneticamente modificadas. Diante desse contexto, esta pesquisa busca apresentar o processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, apresentando algumas experiências. Para que fosse possível alcançar este objetivo, foi realizada uma ampla revisão de literatura, análise de dados secundários e 20 sistematizações de experiências de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, distribuídas pelas regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Para estas sistematizações foram analisados 9 exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, e 6 exemplares dos Cadernos de Agroecologia. A partir das observações conclui-se que, a produção de base ecológica colabora com a conservação da biodiversidade, segurança e soberania alimentar, e ainda promove melhorias socioeconômicas para os agricultores familiares ao inseri-los em um canal de distribuição de comércio justo, a feira livre.

**Palavras-chave:** Agricultura orgânica, comercialização, segurança e soberania alimentar.

## ABSTRACT

Organic agriculture has been one of the paradigms of production that has gained prominence in academia and in the countryside. For being a paradigm of production that respects the limitations of the environment, and search to expand the environment management of agricultural land without the use of genetically modified seeds and fertilizers. In this context, this research seeks to present the inherent process in the commercialization of the organic products in Brazil, by presenting some experiences. To reach this goal, an extensive review of literature was realized, analysis of secondary data and 20 systematizations of experiences of production and commercialization of organic and agroecological products distributed in the South, Southeast, Northeast, North and Central-West regions. For these systematizations, 9 copies of "Revista Agriculturas" were analyzed: Experiences in Agroecology, and 6 copies of "Cadernos de Agroecologia". From the observations, it can be concluded that organic production contributes to the conservation of biodiversity, security and food sovereignty, and also promotes socioeconomic improvements for family farmers by inserting them into a fair trade distribution channel, the free fair.

**Keywords:** Organic agriculture, commercialization, security and food sovereignty.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Distribuição das Unidades de Produção Orgânicas por Microrregiões (março 2016).....	27
<b>Figura 2-</b> Cadeia produtiva dos produtos orgânicos no Brasil.....	31

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Comparativo de terras agrícolas orgânicas pelos Continentes em % (2004-2014).....	25
<b>Tabela 2</b> – Ranking dos 5 melhores países com maiores vendas orgânicas de varejo, terras agrícolas orgânicas, N ° de produtores orgânicos.....	26
<b>Tabela 3</b> – Diferencial de Preços no Brasil entre Alguns Produtos Orgânicos e Convencionais (2000).....	35
<b>Tabela 4</b> – Diferencial de Preços na Europa entre Produtos Orgânicos e Convencionais.....	36
<b>Tabela 5</b> - Quantitativo de feiras orgânicas por região e estado .....	39

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia utilizada na pesquisa.....	17
<b>Quadro 2</b> - Exemplares dos Cadernos de Agroecologia utilizada na pesquisa.....	17
<b>Quadro 3</b> - Sistematização de experiências de produção e comercialização orgânica e agroecológica no Brasil de 2004 a 2017.....	42

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Terras agrícolas orgânicas pelos Continentes em % .....	23
<b>Gráfico 2</b> – Produtores orgânicos pelos Continentes em % .....	24
<b>Gráfico 3</b> – Principais atividades econômicas na produção de orgânicos.....	28

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADESSU- Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável
- AFRUTA - Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União
- BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CE - Centro Ecológico
- CEDAC - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado
- CEPAGRI - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
- CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- COOFELIZ - Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz
- COPSERVIÇOS - Cooperativa de Prestação de Serviços
- COOPERFAMILIAR - Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela
- CMN - Casa da Mulher do Nordeste
- FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
- IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor
- IFOAM- International Federation of Organic Agriculture Moviments
- MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
- PLANAPO - Plano nacional de agroecologia e produção orgânica
- PGPM- Política de Garantia de Preços Mínimos
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	16
3. FUNDAMENTOS DA COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA.....	18
3.1. Fundamentos da Comercialização Agropecuária.....	18
3.2. Feiras Livres.....	20
4. PANORAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO MUNDO E BRASIL .....	23
5. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....	30
6. FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....	37
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE.....	58

## 1. INTRODUÇÃO

Cechin e Veiga (2010) abordam em seu trabalho as principais diferenças entre as duas correntes econômicas, a ecológica e a convencional (neoclássica). Os economistas convencionais enxergam a economia como um todo, ao ponto que chega a considerar a natureza como uma parte ou setor da macroeconomia. Para eles, os recursos são ilimitados, e adotam a ideia de um sistema isolado onde nada entra e nada sai. Enquanto isso, a economia ecológica é vista “[...] como um subsistema aberto de um sistema bem maior, que é finito e não aumenta [...]” (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 34).

Deste modo, observa-se que a economia convencional (dominante do sistema produtivo no campo) contempla o capital natural e capital manufaturado como substitutos, têm assim uma visão equivocada do que é desenvolvimento sustentável, uma vez que a adoção desta concepção vem provocando desequilíbrios tanto ambientais como sociais.

Nesse contexto, Souza Filho (2012) destaca que as implicações da agricultura convencional sobre o meio ambiente, intensificaram as discussões a respeito dos efeitos colaterais resultantes da introdução de tecnologias mecânicas e químicas, que por sua vez, acelera o processo de degradação do solo, ocasionando terras inférteis, desertificação, redução da quantidade e qualidade da água, entre outros. Todo esse processo abre uma gama de desequilíbrios socioambientais e socioeconômicos.

[...] A Revolução Verde no Brasil é um exemplo destes desequilíbrios. A política de crédito rural subsidiado, largamente utilizada, induziu à adoção de um padrão tecnológico que veio acompanhado de degradação ambiental e ruptura social (SOUZA FILHO, 2012, p. 666).

Haja vista que, o descompasso de políticas econômicas vêm gerando externalidades negativas, ao ponto que provoca a diminuição das reservas dos recursos ambientais, ou seja, gera desequilíbrios e compromete o ecossistema. Verifica-se a necessidade de políticas públicas que incentivem a produção sustentável, por meio do manejo ecologicamente correto dos recursos ambientais, almejando alcançar a sustentabilidade e estabilidade no sistema produtivo.

Nesse sentido, necessita-se de sistemas de gestão que respeitem as particularidades agrônômicas, ecológicas e socioeconômicas existentes, que

possibilite além de técnicas produtivas sustentáveis, a segurança alimentar e o dinamismo econômico. Visto isso, no Brasil e no mundo, vem sendo discutido a necessidade de mudança dos sistemas agroalimentares convencionais para os sustentáveis (ecológicos), cujo funcionamento respeita os recursos naturais, e reconhece que são finitos ou limitados. Assim, ao invés do uso intensivo em insumos químicos e da monocultura, será feito a intensificação dos mecanismos ecológicos (insumos naturais), e haverá uma produção diversificada em produtos agropecuários.

Meirelles (2011) destaca a necessidade dessa transição, pois, o chamado sistema agroalimentar está sendo dominado por grandes empresas. Como decorrência têm-se os monocultivos com sementes geneticamente modificadas e agroquímicas, a produção ocorre em maior escala, e o uso de aditivos, colorantes e conservantes é cada vez maior; a distribuição globalizada, na maioria dos casos concentra-se em poucas empresas transnacionais, com preços oligopolizados.

Para Santos et al (2013), o empreendedorismo sustentável<sup>1</sup> apresenta-se como uma ferramenta de transformação social, econômica, cultural, territorial e ambiental. Para ele, através das feiras agroecológicas surge um novo mercado, a qual o agricultor/produtor poderá desenvolver suas atividades, ofertando produtos e atendendo a demanda dos consumidores. Vale destacar que iniciativas nesse âmbito, proporciona um ambiente propício para a construção de uma economia mais igualitária e sustentável.

Em vista disso, percebe-se a importância da mudança do sistema produtivo dominante no campo, ou seja, “É necessário repensar a agricultura, o que implica repensar os conceitos, a lógica de funcionamento, o modelo tecnológico, a política agrícola, o ensino técnico, a pesquisa, a estrutura agrária [...]” (TEDESCO; VIEIRA, 2006 p. 31).

Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, apresentando algumas experiências.

Este trabalho está dividido em 7 partes. Essa parte introdutória, onde é contextualizado o problema da pesquisa, e apresentado o objetivo deste trabalho, há

---

<sup>1</sup> Santos (2013) define empreendedorismo sustentável como atividade empreendedora que coopera para a construção de uma cultura de sustentabilidade.

também a descrição do procedimento metodológico adotado, mais 4 capítulos e as considerações finais do presente estudo.

No primeiro capítulo intitulado “Fundamentos da comercialização agropecuária” buscou-se construir uma discussão sobre os principais fundamentos da comercialização, apresentando o contexto da tradicional feira livre. O segundo capítulo intitulado “Panorama da produção orgânica no mundo e Brasil” expõe dados sobre os principais produtores de produtos orgânicos. No terceiro capítulo intitulado “Comercialização de produtos orgânicos” apresenta a cadeia produtiva de orgânicos no Brasil, discute sobre o processo de certificação de orgânicos e a relação de preços dos produtos orgânicos e convencionais. O quarto capítulo “Feira de produtos orgânicos” caracterizar a feira de produtos orgânicos, ao tempo que apresenta 20 experiências de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no Brasil.

## 2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura, nesta perspectiva, foi realizada uma ampla revisão de literatura alicerçada em quatro temáticas: fundamentos da comercialização agropecuária; canais de distribuição; comercialização de produtos orgânicos e feira de produtos orgânicos.

A revisão de literatura servirá como um embasamento acerca do tema proposto, com o intuito de investigar e analisar estudos de especialistas a respeito do respectivo assunto, assim, a finalidade dessa revisão como abordado por Marconi e Lakatos (2010, p. 166) “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Outro ponto fundamental para essa pesquisa foi à análise de dados secundários qualitativos e quantitativos referentes a projetos orgânicos e agroecológicos, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); International Federation of Organic Agriculture Moviments (IFOAM); Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC) e Plano nacional de agroecologia e produção orgânica (PLANAPO). Nesses locais foram analisados dados referentes à produção, área plantada, número de agricultores agroecológicos, dados sobre acesso aos mercados para o escoamento dos produtos e políticas públicas voltados para agroecologia.

Além da revisão literária e análise de dados secundários foi feita sistematizações de experiências de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. As experiências foram retiradas da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia e do Caderno de Agroecologia.

Assim, para o melhor desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento de 20 experiências (4 na Região Sul, 4 no Sudeste, 4 no Nordeste, 4 no Norte e 4 no Centro-Oeste). Para isso, foram analisados 9 exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, e 6 exemplares dos Cadernos de Agroecologia. Em cada revista buscou-se analisar as regiões a qual as experiências estão inseridas, as iniciativas e os resultados de cada experiência. Os exemplares

compreende o período de novembro de 2004 a julho de 2017 (**Quadro 1 e Quadro 2**).

**Quadro 1** - Exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia utilizada na pesquisa.

N	EXEMPLARES DA REVISTA AGRICULTURAS
1	Revalorizando a agrobiodiversidade, vol. 1, nº 1, nov./2004.
2	Beneficiamento da produção e acesso a mercados, vol. 2 nº 2, jun./2005.
3	Gerando riquezas e novos valores, vol. 2 nº 3, out./2005.
4	Eqüidade e soberania nos mercados, vol. 5, nº 2, jun./2008.
5	Relocalizando os sistemas agroalimentares, vol. 8, nº 3, set./2011.
6	Construção Social dos Mercados, vol. 10, nº 2, jun./2013.
7	Pela vida das mulheres e pela Agroecologia, vol. 2 nº 4, dez./ 2015.
8	Plantas Alimentícias Não-Convencionais, vol. 13 nº 2, jun./2016.
9	Agroecologia e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, vol. 13, nº 3, set./2016.

Fonte: Autora (2018).

Nota: Exemplares da revista agriculturas

**Quadro 2** - Exemplares dos Cadernos de Agroecologia utilizada na pesquisa.

N	EXEMPLARES: CADERNOS DE AGROECOLOGIA
1	Organização de pequenos produtores rurais em forma de cooperativa: o caso do Município de Anastácio, MS vol. 5 nº 1, jun./2011.
2	Extensão rural e agroecologia: a criação da Feira da Agricultura Familiar de Marabá-PA, vol. 6 nº 2, nov./2011.
3	A integração dos Programas de Aquisição de Alimentos - MDS e Mesa Brasil - SESC, como estratégia para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da comercialização dos produtos da agricultura familiar, vol. 8 nº 2, dez./2013.
4	Progresso através do cooperativismo: experiência de agricultores familiares assentados no município de Morrinhos (GO), vol. 8, nº 2, jun./2013.
5	Riquezas nativas e a agricultura familiar: a experiência da ARPEP na região sudoeste de Mato Grosso, vol. 8, nº 2, dez./2013.
6	Extensão rural agroecológica: uma estratégia para a multiplicação de conhecimentos agroecológicos em comunidades ribeirinhas no amazonas, vol. 11, nº 1, jul./2017.

Fonte: Autora (2018).

Nota: Exemplares do caderno de agroecologia

Deste modo, a partir do estudo realizado por meio da revista agriculturas e do caderno de agroecologia, foi possível apresentar o processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, apresentando algumas experiências.

### 3. FUNDAMENTOS DA COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

#### 3.1 FUNDAMENTOS DA COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

As atividades contidas na agropecuária tornam-se um elemento importante na constituição de um mercado potencial para o desenvolvimento econômico. Visto que a agropecuária consegue inserir grande massa de trabalhadores em atividades econômicas, que além de gerar renda para os produtores agropecuários, visa promover a inserção dos produtores em um mercado consumidor.

Para Araújo e Schuh (1995, *apud* BACHA 2012) o desenvolvimento econômico é visto como um processo dinâmico, que visa proporcionar melhores níveis de qualidade de vida a população, por exemplo, maiores níveis de consumo, longevidade, mais acesso a educação, entre outros. Nessa mesma perspectiva, Seers (1970, *apud* BACHA 2012), trata o desenvolvimento como um estágio de diminuição de desigualdades, desemprego, pobreza, etc.

Ao tratar de desenvolvimento econômico, observa-se algumas mudanças estruturais na economia, que são associadas ao setor agropecuário. Visto este ângulo, Bacha (2012) aborda em seu livro 5 funções importantes que a agropecuária tem sobre o processo de desenvolvimento econômico, basicamente, refere-se ao processo de oferecer: alimentos; capital para a expansão do setor não agrícola; mão de obra para as atividades; divisas para compra de insumos e bens; por fim, a última função, trata-se de constituir um mercado consumidor. Vale destacar que, além dessas funções, no caso do Brasil, a agropecuária ainda fornece matéria-prima ao processo de desenvolvimento industrial.

Na agropecuária, Azevedo (2012, p. 63) aborda em seu trabalho que “A comercialização é parte essencial da produção agropecuária. É nela que os esforços de aumento de produtividade e redução de custos, obtidos na produção podem ser ou não realizados [...]”.

Barbosa (2007, p. 33) comenta que o canal de distribuição:

[...] é composto por inúmeros agentes econômicos que se relacionam com o intuito de difundir os diversos produtos que comercializam para os consumidores. As relações comerciais entre os produtores e as empresas, geralmente, se dá por meio de contratos formais, com a especificação do volume, atributos de qualidade e preço dos produtos e a periodicidade que deverá ocorrer às transações.

Assim, como parte fundamental da comercialização, o canal de distribuição facilita a relação entre produtor e consumidor, por ser o meio encarregado de colocar um produto ou serviço disponível para consumo. Para Machado e Silva (2005, p. 97) “Os canais de distribuição não só satisfazem a demanda por meio de produtos e serviços no local, em quantidade, qualidade e preço correto, como também têm papel fundamental no estímulo à demanda [...]”.

Essa parte de estímulo à demanda se origina, em um contexto mais amplo do conceito de canal de distribuição, ou seja, se origina por meio do marketing, uma vez que, este é responsável por vincular os interesses das empresas ou produtores as necessidades e preferências dos consumidores. De forma a articular a demanda e oferta de produtos e serviços.

No contexto do marketing agrícola, Silva e Batalha (2012, p. 145) abordam que através das cooperativas os agricultores conseguem “[...] um modo de agregar valor a seu produto e fazer frente ao poder de barganha dos poucos compradores, algumas vezes atingindo o setor de distribuição ou mesmo o consumidor final diretamente”.

Para Machado e Silva (2005) fatores ligados à demanda e oferta estão fortemente associados ao desenvolvimento do canal de distribuição. Em relação ao fator demanda, busca-se o ajuste da discrepância de sortimento. No fator oferta, há a criação de rotinas de transações e redução do número de contatos, este último, está ligado a existência do intermediário, que busca facilitar as relações de mercado.

No Brasil, o tema acerca da comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar vem ganhando grande dimensão nos últimos anos, destacando que são programas como Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e outros, que vem possibilitando a intensificação de discussões sobre a importância no que tange o desenvolvimento sustentável, ao tempo que contribui para a segurança alimentar e o dinamismo econômico.

[...] A construção de redes alternativas passou a ser o foco privilegiado da atenção de grupos sociais propondo que as pessoas, as famílias, as comunidades, os territórios e o próprio Estado reassumam a responsabilidade pelas práticas de produção, distribuição e consumo [...] (NIEDERLE, 2013, p.05).

Como visto, o canal de distribuição é estrutura importante na produção agropecuária, uma vez que, através de um mecanismo de comercialização efetivo,

os agricultores familiares conseguem se consolidar no mercado, ainda mais diante do cenário atual, onde são os grandes produtores (agronegócio) que recebe grande parte dos subsídios e financiamentos da agropecuária, e é popularizado como responsável pelo abastecimento interno, alta empregabilidade no campo e segurança alimentar do país. Diante disso, essa parte se deterá a realizar uma breve caracterização sobre o instrumento de comercialização mais utilizado entre os pequenos agricultores, as feiras livres.

### 3.1 FEIRAS LIVRES

Desde a Idade Média, as feiras livres surgem como local responsável por relações econômicas, sociais e culturais. Desta forma, constroem um espaço participativo e colaborativo, uma vez que a troca de saberes entre o rural-urbano proporciona reciprocidade entre os agentes envolvidos. Essas particularidades raramente acontecem em canais de comercialização mais individualizados.

A feira livre é o mecanismo de comercialização que coloca o agricultor em contato direto com o consumidor, em alguns casos, começa a existir relações de respeito e confiança, posto que, quebra-se toda aquela formalidade imposta por contratos formais através dos intermediários. Assim, pode-se dizer que:

[...] percebe-se ainda hoje que as feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, sócio-econômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor [...] (GODOY; DOS ANJOS, 2007, p. 364).

Azevedo (2012) alude que há 3 tipos de produtos, sendo que a diferenciação entre eles ocorre pelas informações que são fornecidas no ato da compra ou/e venda. Esses três tipos são conhecidos como: bens de procura, bens de crença e bens de experiência. Destaca-se que para cada um deles poderá haver um ou mais de um mecanismo de comercialização.

Neste momento, o canal de distribuição a ser tratado será a feira livre, esta pode ser considerada um mercado tipo *spot*, por se tratar de um mecanismo que se atenta mais a uma venda direta, onde o contato com o consumidor é frequente. Azevedo (2012, p.69) define o mercado *spot* como “[...] um tipo de mercado cujas transações se resolvem em um único instante do tempo. Por exemplo, quando

vamos a uma feira, compramos e pagamos uma dúzia de laranjas, estamos realizando uma transação desse tipo”.

Ainda Azevedo (2012, p. 70) aborda que esse mecanismo de comercialização é importante, visto que ao se tratar de bens de procura, esse mercado pode atuar tanto em alta ou baixa frequência de vendas, ainda destaca que:

[...] O mercado spot é tipicamente esporádico. Mesmo que a compra se repita, não há obrigatoriedade de compra futura. Se não bastasse o fato de ser esporádico, o mercado spot de produtos agroindustriais também apresenta alta dose de incerteza no que se refere ao comportamento dos preços [...].

As características das feiras livres são semelhantes, independente do local a qual está inserida, são compostas por bancas que servem para os feirantes colocarem seus produtos agropecuários a serem comercializados. Outra característica típica é que os feirantes comprem os produtos agropecuários de intermediários. No entanto, também ocorrem casos em que o feirante seja o próprio produtor. A periodicidade da feira livre pode ocorrer desde diariamente a mensalmente, isso vai depender das necessidades do local a qual está inserida. Vale destacar que nas feiras livres são comercializados produtos de vários setores, desde produtos agropecuários aos manufaturados.

As feiras livres constituem-se de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais, caracterizando-se primordialmente como uma atividade de trabalho informal essencialmente familiar, onde os envolvidos na operacionalização são geralmente membros da família, gerando por sua vez uma grande demanda de serviços diretos e indiretos como transporte, insumos, embalagens e atendentes. (GODOY, DOS ANJOS, p. 365).

Machado e Silva (2005, p. 120-121) comentam que as feiras livres:

[...] continuam sendo importante mercado varejista em diversas cidades. Podem ser fixas, funcionando uma vez por semana, em um local determinado, ou móveis e eventuais, ocorrendo quando há festividades culturais da região, como exposições e festas populares. São importantes instrumentos para integrar o produtor rural a jusante, permitindo a venda de produtos diretamente aos consumidores finais.

Ainda Machado e Silva (2005, p.121) ressaltam que vem ocorrendo processos de modernização das feiras livres, um exemplo citado, “[...] são as Feiras limpas, que se colocam como instrumentos de distribuição específicos para produtos minimamente processados. Os produtos comercializados são higienizados e embalados [...]”.

Esse exemplo apresentado, anteriormente, destaca que as feiras livres estão se modernizando, fugindo do cenário das feiras tradicionais. Visto isso, observa-se que através da adoção dessas técnicas de comercialização, as feiras livres continuam ocupando o papel protagonista no processo de escoamento de produtos agropecuários, principalmente, os advindos de pequenos estabelecimentos.

Mas feiras são mais que pontos de comercialização da produção da agricultura familiar. São também espaços públicos onde circulam alimentos, bens, pessoas e culturas. Além de serem o lugar das vendas, são também o local de encontro, da articulação política e sindical, da amizade, da reprodução da identidade e da cultura das muitas agriculturas familiares [...]. Por tudo isso, são espaços de grande potencial para ações coletivas (RIBEIRO, et al, 2005, p. 6).

Nesse contexto, ao buscar uma ferramenta em que a relação agricultor e consumidor seja direta, tem-se as feiras livres, caracterizadas por serem uma forma de integrar o produtor rural, em uma atividade econômica, através da produção e comercialização (escoamento) dos seus produtos agropecuários. Exposto isso, a partir desse momento o presente trabalho buscará dar ênfase a comercialização de produtos agropecuários orgânicos. Por ser um setor que se destaca por emergir a valorização de produtos sem agroquímicos, que busca além de garantir a segurança e soberania alimentar da sociedade, preservar os recursos naturais através de práticas produtivas sustentáveis.

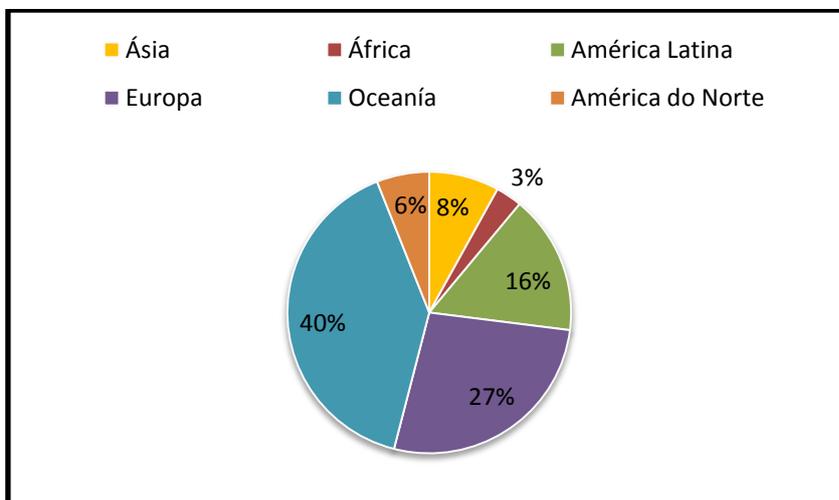
#### 4 PANORAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO MUNDO E BRASIL

A produção orgânica no mundo ainda está em processo de consolidação, apesar do avanço em alguns países, existem diversos gargalos a serem enfrentados. Diante disso, nota-se a necessidade de maior acompanhamento e aprimoramento dos técnicos agrícolas, governo, ONGs, como também dos próprios agricultores familiares, visto que eles são parte essencial no processo de produção sustentável.

Os dados a respeito da agropecuária orgânica mostra que alguns países vêm ganhando destaque no mercado de orgânicos. A expansão desse setor viabiliza melhoria nos indicadores socioeconômicos, garantindo a soberania e segurança alimentar, além do manejo correto de terras agrícolas.

O relatório anual do International Federation of Organic Agriculture Moviments (IFOAM) <sup>2</sup> traz informações e dados sobre o mercado mundial de orgânicos. Assim, a partir dele, observa-se que a agropecuária orgânica tem crescido mais em alguns continentes do que em outros. Como pode ser observado nos (gráficos 1 e 2).

**Gráfico 1**– Terras agrícolas orgânicas pelos Continentes em %



Fonte: Autora (2018).

Nota: adaptado de IFOAM, 2015.

O gráfico 1, refere-se aos Continentes que possuem mais terra agrícola orgânica, em destaque apresenta-se Oceania (40%), Europa (27%) e América Latina

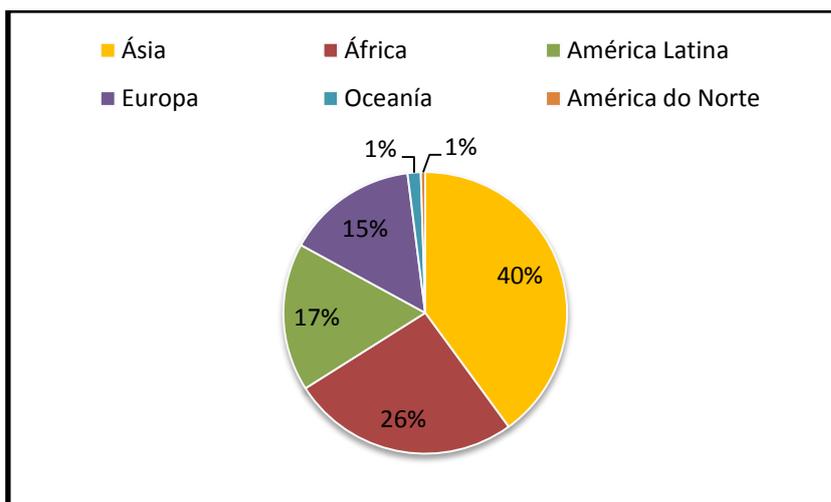
<sup>2</sup> Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica é uma entidade sem fins lucrativos que busca incentivar o mundo inteiro a adoção de um sistema de produção baseado nos princípios da agricultura orgânica.

(16%). Esses valores expressos demonstram o grande potencial de expansão na produção, devido à dimensão da terra agrícola orgânica nos Continentes citados.

Diversos países no mundo estão utilizando o sistema de produção orgânico para viabilizar sua agricultura familiar economicamente e buscando inserir socialmente os agricultores familiares em suas sociedades, reconhecendo e ressaltando sua importância como categoria social e incentivando a manutenção e reprodução de sua formação cultural, baseado no tradicionalismo e no conhecimento inato dos agricultores familiares (BARBOSA, 2007, p. 112).

Quando analisado o gráfico 2, nota-se que mais de 75% dos produtores orgânicos estão localizados na Ásia (40%), África (26%) e América Latina (17%). Enquanto alguns continentes possuem mais terra agricultável orgânica, outros têm maior número de agricultores orgânicos. O importante da análise dos gráficos 1 e 2, é vê o crescimento desse mercado tão importante para a saúde humana e meio ambiente.

**Gráfico 2** – Produtores orgânicos pelos Continentes em %



Fonte: Autora (2018).

Nota: adaptado de IFOAM, 2015.

A partir da pesquisa de Barbosa (2007), verifica-se uma pequena mudança em relação às terras agrícolas orgânicas distribuídas pelos Continentes. Barbosa (2007, p.115) diz que:

[...] Caso seja avaliada a distribuição percentual da área, em hectares, manejada organicamente no mundo por continentes, observa-se que 41,8% dessas terras pertencem a Oceania, seguidos pela América Latina (24,2%) e pela Europa (23,9%). A América do Norte possui 5,9% de hectares orgânicos. Já a Ásia e a África são os possuem as menores extensões de terras manejadas organicamente, com apenas 2,9% e 1,3% de hectares orgânicos, respectivamente.

Assim, exposto esses valores, constata-se algumas mudanças no mercado mundial de orgânicos no decorrer desses 10 anos. Destacam-se a América Latina que cai de 24,2% para 16%, Europa sobe de 23,9% para 27% e Ásia cresce de 2,9% a 8%. Todas as mudanças estão mais detalhadas na (**tabela 1**) a seguir.

**Tabela 1** – Comparativo de terras agrícolas orgânicas pelos Continentes em % (2004-2014)

Terras agrícolas orgânicas pelos Continentes em % (2004-2014)	
2004	2014
Oceania (41,8%)	Oceania (40%)
América Latina (24,2%)	Europa (27%)
Europa (23,9%)	América Latina (16%)
América do Norte (5,9%)	Ásia (8%)
Ásia (2,9%)	América do Norte (6%)
África (1,3%)	África (3%)

Fonte: Autora (2018).

Nota: Adaptado de BARBOSA (2007) e IFOAM (2015).

O aprimoramento das vendas dos alimentos e bebidas orgânicas vem crescendo gradativamente nos últimos anos, como é destacado no Relatório Planeta Orgânico (2006):

O mercado e consumo dos alimentos orgânicos, está crescendo no mundo inteiro. As taxas de crescimento dos países da União Europeia durante os anos de 2000 e 2003 foram, em média, de 10 a 15 %. O mercado americano vem apresentando taxas de crescimento de 10 a 20%.

Os dados expostos, anteriormente, sobre o crescimento do setor pelos Continentes são bem significativos. Neste momento, põem-se em análise os 5 países que mais estão se desenvolvendo nesse ramo de produtos orgânicos. A seguir será evidenciado os 5 países com maiores vendas orgânicas de varejo, terras agrícolas orgânicas, número de produtores orgânicos.

O interessante da (**tabela 2**) a seguir é que para cada segmento de dados agrícolas orgânicos analisados, há uma mudança no ranking dos 5 países que mais se desenvolveram. Em relação às vendas de varejo de alimentos orgânicos, têm-se: Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá e Reino Unido; já como destaques nas terras agrícolas orgânicas em milhões de hectares estão: Austrália, Argentina, Estados Unidos, China e Espanha; e por fim, os países que possuem maior número de produtores orgânicos são: Índia, Uganda, México, Tanzânia e Etiópia. A partir desses aspectos, sugere-se que todos os países presentes na tabela estão crescendo em relação ao setor, cada um com sua particularidade. Mas todos em busca de alimentos mais saudáveis com manejo de terras ambientalmente corretos.

**Tabela 2**– Ranking dos 5 melhores países com maiores vendas orgânicas de varejo, terras agrícolas orgânicas, N ° de produtores orgânicos .

<b>Vendas de varejo de alimentos orgânicos (Mio €)</b>	Estados Unidos (2011) 22,590	Alemanha 7.040	França 4,004	Canadá 2,136	Reino Unido 1,950
<b>Terras agrícolas orgânicas em milhões de hectares</b>	Austrália 12.0	Argentina 3.6	Estados Unidos 2.2	China 1.9	Espanha 1.6
<b>Número de produtores orgânicos (2012)</b>	Índia 600,000	Uganda 189,610	México 169,707	Tanzânia 148,610	Etiópia 134,626

Fonte: Autora (2018).

Nota: adaptado de IFOAM, 2015.

O Brasil, apesar de não aparecer no Ranking dos 5 melhores países, tem apresentado potencial para o crescimento, como destaca Barbosa (2007, p. 120 )

O sistema de produção orgânico no Brasil tem como principal característica a construção de uma identidade coletiva, onde os agricultores produzem individualmente, mas dividem seus conhecimentos acerca de como evitar pragas, comercializam seus produtos em conjunto, os agroindustrializam, dentre outras iniciativas realizadas de maneira coletiva.

A agropecuária orgânica no Brasil é composta frequentemente por associações, cooperativas e projetos que buscam impulsionar cada vez mais a produção de base ecológica. Cabe destacar que algumas empresas também estão buscando se inserir nesse mercado (BARBOSA, 2007).

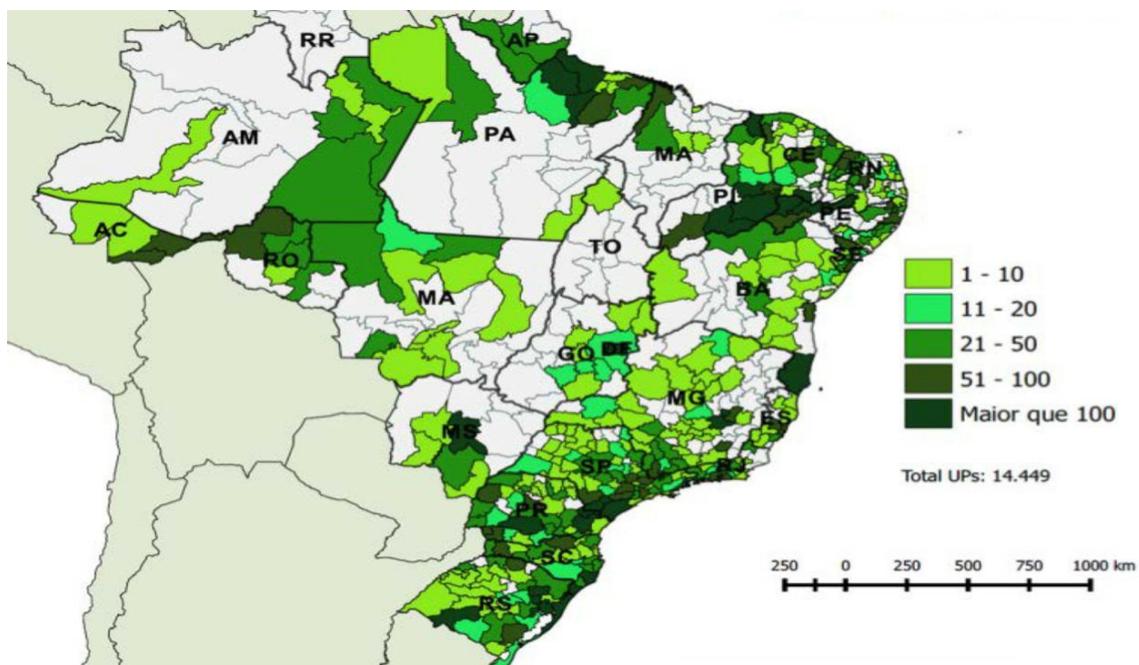
Nesse contexto, podem ser citadas como exemplo a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) e a Rede Ecovida, entre outros projetos. Já às empresas, o Grupo Pão de Açúcar e Mundo Verde, são algumas das empresas que vem atuando nesse segmento.

A Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) iniciou suas atividades em 1991, trata-se de uma organização não governamental sem fins lucrativos, que busca apoiar e incentivar feiras de produtos orgânicos. Além disso, uma das suas principais atividades é a certificação de produtos orgânicos, atua através do sistema participativo de garantia. Atualmente é responsável por três feiras, que comercializam produtos *in natura* como frutas, verduras e legumes. Além de pães, geleias e laticínios processados com matéria-prima orgânica.

A Rede Ecovida trata-se de uma iniciativa brasileira que foi criada em 1999, com atuação na Região Sul do país, especificamente, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A Rede possui funcionamento horizontal e descentralizado, está baseado na organização das famílias produtoras, cooperativas e associações, o que facilita a troca de informações e certificação participativa (TEDESCO; VIEIRA; SILVA, 2006).

De forma a elucidar melhor sobre a localização das microrregiões que possui unidades de produção orgânica, (ver **figura 1**).

**Figura 1-** Distribuição das Unidades de Produção Orgânicas por Microrregiões (março 2016)



Fonte: Autora (2018).

Nota: adaptado de BRASIL, 2016.

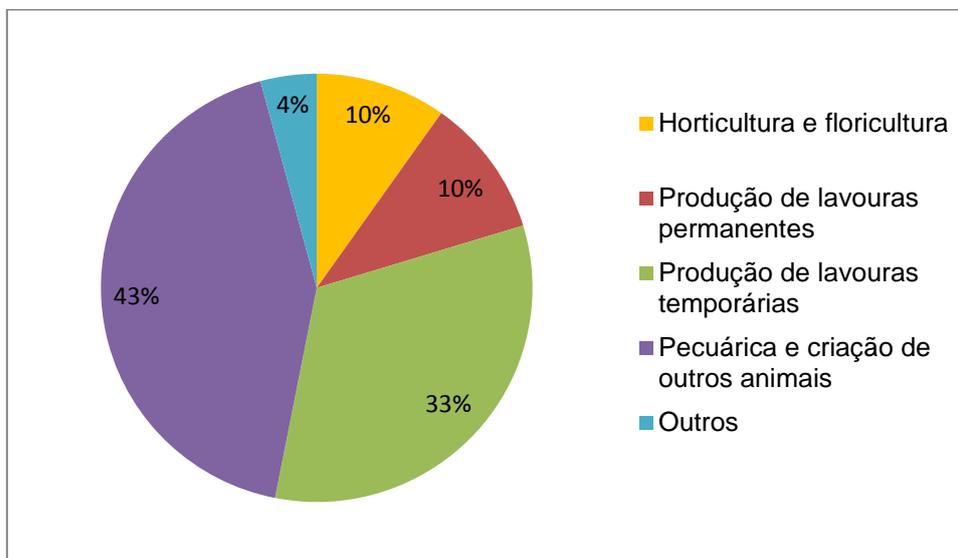
Conforme pode ser verificado na figura 1, há uma grande abrangência de unidades produtivas (UPs) orgânicas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. A região Nordeste também apresenta um significativo desenvolvimento de UPs. Já a região Norte e Centro-Oeste demonstra poucas iniciativas de UPs. Desta forma, sugere-se que essas regiões necessitam de maior assistência técnica, acesso a crédito, entre outros fatores que incentive o desenvolvimento das potencialidades que as regiões mencionadas têm.

Haja vista, que de acordo com o Relatório de balanço 2013-2015 do PLANAPO, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) disponibilizou um

montante de R\$ 2,5 bilhões para custeio e investimento na produção agroecológica e orgânica no Brasil, desse valor orçado, apenas R\$ 63, 1 milhões dos recursos disponíveis, foram efetivamente aplicados, representando apenas 2,5% dos valores disponibilizados inicialmente. Cabe mencionar, que o relatório ressalta que um possível motivo para a baixa execução orçamentária das linhas de crédito, pode ser o desconhecimento por parte dos agentes financiadores, das necessidades técnicas, operacionais e financeiras que a produção orgânica e agroecológica necessitam. Além disso, outro fator que explica isso, é que essas linhas de crédito não são amplamente difundidas pelos agricultores e agricultoras. Necessitando de mais empenho por parte dos agentes responsáveis pelas linhas de crédito (BRASIL, 2016).

No que concerne à área agricultável Barbosa (2007, p. 114) discute que “No Brasil, mesmo com uma grande extensão de terras, a área cultivada (em termos da porcentagem da área total agrícola) com orgânicos é ainda pequena, quando comparada com outros países do mundo.”.

**Gráfico 3-** Principais atividades econômicas na produção de orgânicos



Fonte: Autora (2018)

Nota: Adaptado de CHMIELEWSKA (2017)

As principais atividades econômicas na produção de orgânicos são ilustradas no **gráfico 3** acima. Verifica-se que 43% estão relacionadas à pecuária e criação de outros animais; 33% são destinados à produção de lavouras temporárias (cultivo de plantas com ciclo vegetativo de curta duração, exemplo: cultivo de cereais, como arroz, milho, trigo, etc.); 10% estão às atividades de produção de lavouras

permanentes (cultivo de laranja, café, uva, etc.); 10% são para horticultura e floricultura; 4% para outros.

Desta forma, nota-se que as atividades econômicas que vem sendo desenvolvidas por meio dessas iniciativas apresentadas são só uma parte das potencialidades que o Brasil tem. Percebe-se assim, a importância de instrumentos para o incentivo e implemento de um sistema de produção ecologicamente correto e canais de distribuição que possibilite a consolidação desse mercado, posto que o modelo dominante atual traz uma série de externalidades negativas.

## 5 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

A produção de produtos orgânicos começa a ganhar força com a intensificação das implicações que a Revolução Verde traz para a sociedade. Visto que esse modo de produção capitalista no campo resultou em uma série de externalidades negativas, por exemplo: desertificação de terras, poluição de rios, concentração fundiária, insegurança alimentar, entre tantas outras.

Gliessman e Zugasti (2006, p. 16) discorrem que a agricultura moderna:

[...] Con su dependencia excesiva em combustibles fósiles e insumos externos, la mayoría de los agroecosistemas industrializados están sobre utilizando y degradando el suelo, el agua, y los recursos genéticos y culturales em los que la agricultura ha descansado históricamente. Los problemas para sostener la base de recursos naturales para la agricultura se han enmascarado desde hace tiempo por las prácticas modernas y las tecnologías de altos insumos<sup>3</sup>[...].

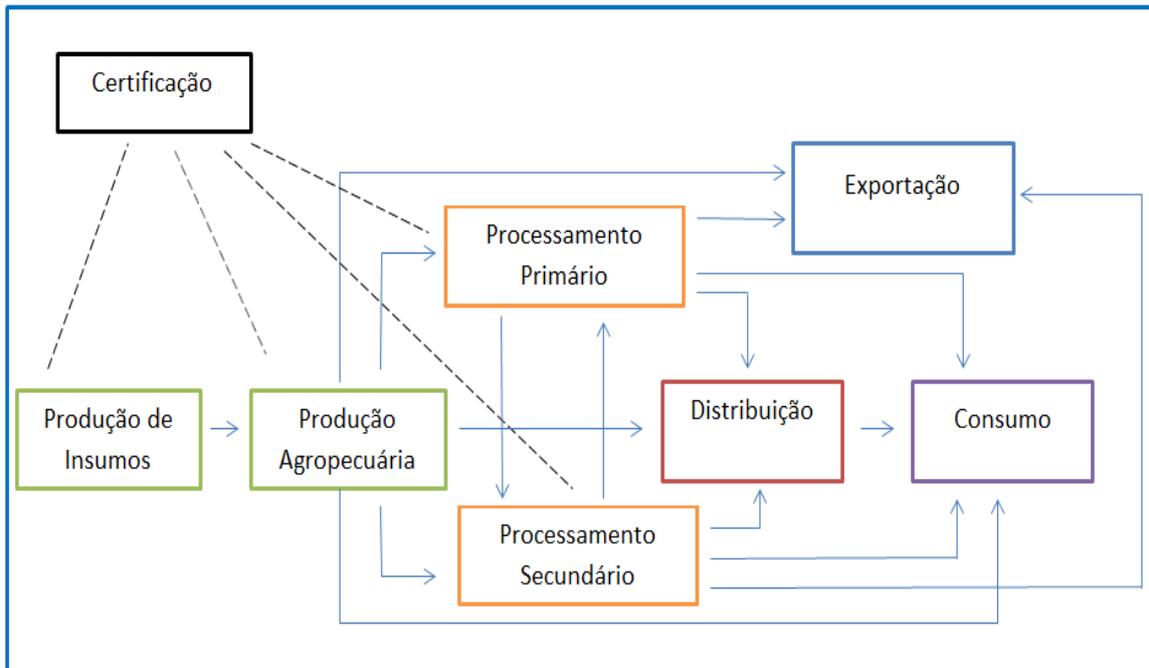
Assim, diante desse cenário, buscou-se desenvolver sistemas de produção sustentáveis, a partir disso, a produção orgânica surge como alternativa, que ao contrário da produção convencional, não é dependente de insumos externos prejudiciais para o meio ambiente e para a saúde humana. Exposto isso, entende-se por produtos orgânicos aqueles que são produzidos sem adição de insumos químicos. Além disso, “[...] as práticas ecológicas empregam mais mão de obra, garantindo trabalho digno às famílias dos pequenos agricultores [...]” (TEDESCO; VIEIRA; SILVA, 2006, p. 48).

Uma das principais características que diferencia o produtor orgânico do produtor convencional é a certificação, (conforme pode ser observado na **figura 2** abaixo), que por sua vez gera maior poder de barganha ao agricultor orgânico frente aos demais agricultores.

---

<sup>3</sup> Tradução nossa: [...] Com sua excessiva dependência de combustíveis fósseis e insumos externos, a maioria dos agroecosistemas industrializados está sobrecarregando e degradando o solo, a água e os recursos genéticos e culturais em que a agricultura tem descansado historicamente. Os problemas em sustentar a base de recursos naturais para a agricultura têm sido amaldiçoados por práticas modernas e tecnologias de alta entrada. [...]

**Figura 2-** Cadeia produtiva dos produtos orgânicos no Brasil.



Fonte: Autora (2018).

Nota: Adaptado de ORMOND, et al, (2002).

Observando a figura, é possível constatar o contato direto entre produção agropecuária e consumidores no processo de comercialização. Além disso, essa cadeia produtiva possui outro diferencial, as instituições certificadoras (essa parte será mais bem explicada adiante) que têm papel importante nessa cadeia produtiva. Cabe mencionar, no caso do Brasil, a agroindustrialização (processamento primário e secundário) ainda é muito incipiente, ainda mais quando os projetos que envolvem a agricultura orgânica ainda estão em fase de implementação ou ainda nem foram elaboradas.

Outro ponto a salientar a respeito da cadeia produtiva de orgânicos diz respeito à produção de insumos, que em muitos casos, ocorre dentro do próprio estabelecimento agropecuário. Entretanto, a tecnologia empregada na produção de insumos ainda é incipiente, necessitando assim de mais pesquisas na área, para que haja um melhor desenvolvimento do setor.

Deste modo, apesar do setor de orgânicos proporcionar benefícios sociais, econômicos, ambientais e culturais. Esse setor passa por complicações para sua consolidação. O principal gargalo que vem sendo enfrentado é a questão da comercialização dos produtos orgânicos. Para Barbosa (2007, p. 99) “A comercialização de produtos orgânicos é um mecanismo de fundamental importância para que o paradigma agrícola orgânico possa se desenvolver e

consolidar-se, pois não adianta produzir ou agroindustrializar se não houver quem irá consumir um produto orgânico”.

Ainda Barbosa (2007, p. 99) diz que esses problemas referentes ao processo de comercialização estão “[...] associados aos custos de transação (assimetria de informação, e ambiente institucional falho), má distribuição dos produtos ao longo do canal de distribuição e falta de campanhas publicitárias”.

Tendo em vista os gargalos encontrados durante o percurso para o escoamento dos produtos orgânicos, são necessários iniciativas de promoção de canais de distribuição que vise potencializar os benefícios que a produção e consumo de produtos orgânicos trazem tanto para os agricultores, consumidores, como também para o meio ambiente.

Assim, ao tratar dos estabelecimentos agropecuários Nates e Scarpelli (2012, p. 643) notaram que:

A demanda por produtos *in natura* é crescente. Os supermercados têm ampliado as áreas destinadas a frutas, verduras e legumes, o que tem feito este setor investir na adequação do processo de produção às exigências de agregação de valor dos produtos.

Entretanto, apesar dos diversos benefícios que o setor de orgânicos possui, tais benefícios ainda são pouco difundidos entre a sociedade. Para muitos, os produtos orgânicos não se difere dos produtos convencionais. A respeito disso, Vilela, Resende e Medeiros (2006, p. 6) discorrem que:

A cadeia produtiva dos orgânicos pouco se diferencia das demais cadeias agroalimentares, a não ser pela presença da figura da certificação e pela inexistência da figura do atacadista ou do intermediário entre a produção e o elo seguinte.

Isso ocorre por conta que os produtos orgânicos apresentam informações pertinentes que não são obtidas durante o consumo, por isso, são considerados “bens de crença”. Visto este ângulo, Kühl (*apud* SOUZA, 2000, p. 394) expõe que:

[...] A qualidade orgânica está relacionada com a confiabilidade na presença de propriedades específicas nos produtos, ou seja, refere-se à confiança que os consumidores podem comprar determinados produtos se estiverem buscando propriedades específicas. No caso dos produtos orgânicos, estes atributos resultam do modo como foram produzidos, que não são, necessariamente, visíveis ou prontamente identificáveis. Os consumidores não tem capacidade para reconhecer estes atributos, seja na hora da compra, ou mesmo após experimentar o produto.

Barbosa e Lages (2006) destacam em sua pesquisa que a existência de assimetria de informações entre agricultores e/ou vendedores e consumidores, pode acarretar em atitudes oportunistas, devido a possibilidade de ocorrência de aquisição de um preço *premium* no setor de orgânicos. Deste modo, o processo de monitoramento da produção deve ser rigoroso.

Visto isso, os canais de distribuição devem difundir essas informações, para isso, os produtos devem ser identificados com os certificados de garantia orgânica, de forma a transmitir mais confiança ao consumidor.

A certificação orgânica é um fator importante e decisivo para endossar que um produto tenha realmente os atributos oriundos de um sistema agrícola orgânico. Um produto é comprovadamente orgânico se possuir uma certificação de uma certificadora credenciada [...] (BARBOSA; LAGES, 2006, p. 4).

De acordo com a legislação brasileira, existem três maneiras diferentes de garantia de qualidade dos produtos orgânicos: a Certificação, os Sistemas participativos de Garantia e o Controle Social para a venda direta sem certificação. A Certificação e Sistema participativo de Garantia ao atuarem juntos, formam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg, que são executados por Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. Estes, quando credenciados, passam a ser responsáveis pela atualização no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e no Cadastro Nacional de Atividades Produtivas. No Brasil, há 35 organismos que controlam a qualidade orgânica, sendo divididos em 11 Certificadoras por auditoria e 24 Sistemas participativos de garantia<sup>4</sup>. (Ver **apêndice A**).

Neste contexto, as instituições credenciadas atuantes na cadeia produtiva de orgânicos constituem-se um importante elo. Em virtude da credibilidade que é atribuída ao produto com certificado de garantia. Cabe salientar, que os pequenos agricultores que comercializam os produtos através do mercado *spot* (venda direta ao consumidor) não necessitam de certificação, uma vez que esse procedimento inviabilizaria a entrada desses pequenos agricultores no mercado de orgânicos (devido à burocracia existente para conseguir certificação).

Os canais de comercialização dos orgânicos vêm sendo as feiras livres, lojas especializadas, supermercados, atacadistas (que efetuam as compras através de

---

<sup>4</sup> Essas informações foram extraídas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por ser o órgão que tem o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

redes de beneficiamento, como cooperativas, associações). Além desses, nos últimos anos, surgiram algumas iniciativas como o Grupo de Consumo Responsável, com distribuição de caixas ou cestas de produtos orgânicos que são entregues a domicílio ou em alguns casos, têm-se os pontos de distribuição específicos.

[...] feiras livres, pontos de venda direta e entregas a domiciliares têm permitido uma aproximação solidária entre agricultor e consumidor; uma produção mais personalizada, uma maior confiabilidade e conhecimento recíproco entre ambos os sujeitos do processo; uma maior motivação e incentivo; uma maior viabilidade financeira para produtor, dentro outros aspectos de ordem recíproca (TEDESCO; VIEIRA; SILVA, 2006, p. 56).

Além desses citados, anteriormente, os agricultores familiares também vendem seus produtos aos mercados institucionais, que foram criados com o intuito de fortalecer a agricultura familiar de base ecológica. Schimitt e Guimarães (2008, p. 8) discutem que no Brasil, “[...] As primeiras experiências dessa natureza foram localizadas e, muitas vezes, descontínuas no tempo, desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de alimentos”.

O mercado institucional contempla algumas premissas como, o acesso a alimentos saudáveis através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o atendimento a famílias que passaram por calamidades públicas, entre outras. Este programa ainda contribui para o fortalecimento de redes de produção e consumo, envolvendo um leque de organizações sociais que vislumbram questões pertinentes como preservação dos recursos ambientais, segurança e soberania alimentar (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008; BADUE; GOMES, 2011; PAULA, KAMIMURA; SILVA, 2014).

Assim, os agricultores familiares ao acessar o mercado institucional, conseguem levar sua produção até o consumidor, por meio do PNAE e do PAA, entre outros, que são os facilitadores e incentivadores da continuidade da produção, pois não adianta produzir, se não houver um mercado consumidor. Além disso, o mercado institucional contribui tanto no ponto de vista econômico, como no ponto de vista social, por conseguir melhorar a qualidade de vida dos agricultores, e garantir a segurança e soberania alimentar da sociedade.

Cabe mencionar, que nas normas do PAA, os agricultores familiares que produzirem com base ecológica (atendendo aos princípios agroecológicos) ao venderem seus produtos ao programa, receberam um acréscimo de até 30% sobre

os preços de referência, isso fortalece ao que foi dito sobre o preço *premium* que os produtores orgânicos podem obter no processo de comercialização.

Os programas PAA e PNAE se inserem nas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Ressaltam que esses programas frisam a qualidade nutricional e os demais aspectos ambientais envolvidos, por isso produtos que apresentam certificação orgânica recebem 30% a mais, em relação a produtos convencionais (DAROLT, et al, 2015).

Ormond, et al (2002) apontam que com relação à diferença de preço que ocorre entre o mercado convencional e o orgânico, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de uma pesquisa realizada em setembro de 2000, no Rio de Janeiro e em São Paulo, analisaram preços de 60 produtos (legumes, hortaliças, frutas e ovos), e constatou-se, que mais da metade dos produtos pesquisados apresentaram diferencial de preço acima de 100%. (Ver **tabela 3**).

Assim, ao analisar a tabela 3, percebe-se que o sobre-preço existente possui variação de valor acima de 100% do produto convencional. Dado essa discrepância de preços, sugere-se que os distribuidores estejam praticando margens mais elevadas, devido a crescente demanda no mercado.

**Tabela 3** – Diferencial de Preços no Brasil entre Alguns Produtos Orgânicos e Convencionais (2000).

Diferencial de Preço (Orgânico/Convencional)	Número de Produtos	
	Valores Absolutos	%
Até 50%	11	18,3
50%-100%	17	28,3
100%-200%	16	26,7
Acima de 200%	16	26,7

Fonte: Autora (2018).

Nota: Adaptado de ORMOND, et al, (2002).

Cabe salientar, que em países europeus onde o setor de orgânicos está mais consolidado, não há tanta divergência nos preços entre produtos convencionais e orgânicos. Como é exposto na (**tabela 4**) a seguir. Nesse caso, observa-se que é mais difícil encontrar sobre-preço acima de 50% nos produtos orgânicos europeus, quando colocados em comparação com os convencionais.

**Tabela 4**– Diferencial de Preços na Europa entre Produtos Orgânicos e Convencionais.

Países	Preço de Orgânicos/Convencionais (%)
Áustria	20-30
França	25-35
Holanda	15-50
Irlanda	30-50
Itália	30-40
Suécia	14-90

Fonte: Autora (2018).

Nota: Adaptado de ORMOND, et al, (2002).

Posto isto, constata-se que o fator preponderante como barreira ao consumo dos produtos orgânicos, ainda são os preços. Além disso, a falta de informação sobre os benefícios trazidos a saúde humana e ao meio ambiente põem em xeque o mercado consumidor, visto que a elevação de preços restringe o consumo de produtos orgânicos à elite.

## 6 FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

As feiras orgânicas são espaços destinados à comercialização de produtos *in natura* como verduras, legumes e frutas. Produtos processados como massas, pães, sucos, etc.. Também produtos como ovos e cogumelos comestíveis. O contato direto entre feirante e consumidor fortalece laços de confiança e reciprocidade. Além disso, os produtos são comercializados por preços mais justos, onde o modelo dominante capitalista não prevalece.

As feiras do produtor são os mecanismos de comercialização mais difundidos no Brasil e a principal porta de entrada de agricultores ecológicos para o mercado local. As feiras são espaços educativos e de lazer que permite grande interação entre produtores e consumidores, possibilitando maior autonomia aos agricultores (DAROLT, et al ,2015, p. 120).

O IDEC (2017) conceitua as feiras orgânicas como “[...] uma ótima alternativa para a compra direta do agricultor, diminuindo intermediários no processo (e, conseqüentemente, o preço), estimulando a autonomia do agricultor e valorizando a produção local de alimentos”.

A feira pode se tornar um espaço de encontro além da própria comercialização. Isso pode ser alcançado tornando-a um exercício político e ético de construção de uma economia pautada no ser humano, com enfoque pedagógico e educativo, que propicie encontros humanos e prazerosos para todos os participantes, produtores e consumidores. (BADUE; GOMES, 2011, p. 37).

A infraestrutura da feira de produtos orgânicos se assemelha a feira livre tradicional, são compostas por barracas para a exposição de seus produtos. O diferencial vai ser o certificado de garantia de que aqueles produtos são realmente orgânicos, ou seja, livres de quaisquer agroquímicos. Cabe mencionar, que poderá haver casos em que o produto não terá certificado, trata-se da existência do Controle Social que ocorre na venda direta sem certificação.

Um importante agente nesse mercado de orgânicos são os consumidores (um indivíduo, grupo ou instituição) responsáveis, uma vez que estes entendem que suas escolhas sobre os produtos a qual vão adquirir podem afetar sua qualidade de vida e provocar a diminuição dos recursos naturais. Tendo isso em vista, destaca-se que esse consumo responsável incentiva à construção de opções mais saudáveis e sustentáveis.

Em virtude da crescente demanda por produtos orgânicos, nota-se a necessidade de mecanismos de comercialização efetivos que atendam as

exigências e necessidades dos consumidores. Posto que, nos últimos anos veem-se discutindo sobre a importância de consumir alimentos sem uso de insumos químicos, em razão do consumo dos mesmos causar males à saúde, ainda põem em risco os recursos ambientais.

Assim, as feiras orgânicas destacam-se por serem importantes instrumentos para o escoamento de produtos frescos e saudáveis. Além de serem os espaços de comercialização mais antigos que ainda prevalecem em alguns municípios. Nota-se que dado a particularidades de algumas localidades, as feiras orgânicas propicia o local ideal para garantir a segurança e soberania alimentar, e ainda trata-se de um canal de distribuição que pratica o comércio justo. Como destaca as pesquisas IDEC 2010 e AAO 2013 (*apud* CHMIELEWSKA, 2017), “Produtos orgânicos na venda direta são mais baratos que produtos convencionais nos supermercados”.

De forma a facilitar o contato entre produtor orgânico e consumidor, o IDEC disponibiliza em seu site o mapa de feiras orgânicas. Esse mapa foi lançado em 2012, visando estabelecer relações mais próximas entre o produtor e mercado consumidor. Inicialmente havia cerca de 100 feiras cadastradas no Brasil, hoje se tem cerca de 739 feiras distribuídas por todas regiões do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA AO CONSUMIDOR, 2017).

Conforme já abordado na figura 1 (p. 22) sobre as regiões que mais apresentam unidades produtivas orgânicas, a (**tabela 5**) a seguir apresenta o quantitativo de feiras por regiões: Sudeste (306); Sul (182), Nordeste (154), Centro-Oeste (63) e Norte (34). Verifica-se, novamente, as regiões Sudeste e Sul representando grande desenvolvimento nesse setor. Cabe salientar, que o mercado de orgânicos na região Nordeste vem expandindo significativamente. Já as regiões Centro-Oeste e Norte, como já discutido, no segundo capítulo, sugere-se que necessitam de maior atenção por parte dos agentes técnicos, financeiros e públicos.

**Tabela 5-** Quantitativo de feiras orgânicas por região e estado

<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>N° de feiras</b>	<b>Total</b>
<b>Centro-Oeste</b>	Distrito federal	39	63
	Goiás	9	
	Mato Grosso do Sul	7	
	Mato Grosso	8	
<b>Nordeste</b>	Alagoas	6	154
	Bahia	34	
	Ceará	15	
	Maranhão	7	
	Paraíba	19	
	Pernambuco	48	
	Piauí	5	
	Rio Grande do Norte	14	
	Sergipe	6	
<b>Norte</b>	Acre	2	34
	Amazonas	4	
	Amapá	1	
	Pará	6	
	Rondônia	4	
	Roraima	3	
	Tocantins	14	
<b>Sudeste</b>	Espirito santo	20	306
	Minas Gerais	39	
	Rio de janeiro	67	
	São Paulo	180	
<b>Sul</b>	Paraná	57	182
	Rio grande do sul	76	
	Santa catarina	49	
			<b>739</b>

Fonte: Autora (2018).

Nota: Banco de dados mapa de feiras orgânicas, 2017.

Em pesquisa de preços dos produtos orgânicos, realizada pelo IDEC, Instituto Kairós e Instituto Terra Mater (2017). Durante primeiro ano de coleta de dados mensais, foram levantados 1.068 preços, 22 tipos de hortaliças, frutas e ovos, 05 cidades do Brasil mapeadas, 04 tipos de pontos de venda comparados. Com apoio de 17 voluntários em 05 grupos de consumo responsável (CHMIELEWSKA, 2017).

Os resultados foram os seguintes, para uma cesta de 17 produtos orgânicos (compostas por Abacate - abobrinha brasileira - abobrinha italiana - alface americana alface fresca - banana nanica - banana prata - berinjela - brócolis ninja - brócolis ramoso - cenoura - chuchu - limão tahiti - ovo - quiabo tomate italiano - tomate salada). No supermercado o consumidor comprará essa cesta por R\$ 144,

na feira por R\$ 98 e no Grupo de Consumo Responsável por R\$ 69. A partir desses resultados constata-se que a mesma cesta comprada na feira chega a ser quase 50% mais barata do que no supermercado. Já se comprada em um Grupo de Consumo Responsável, o valor da cesta chega a ser 30% mais barata do que na feira.

Assim, mais uma vez, identifica-se a feira como importante instrumento, por ser o canal de distribuição que atua com base na valorização social do trabalho humano, reciprocidade, respeito à lógica de solidariedade. Além dos interesses mútuos entre feirantes e consumidores, uma vez que ambas as partes estão em busca de melhor qualidade de vida.

A partir desse prisma, Tedesco, Vieira e Silva (2006, p. 56) destacam que “O resgate da solidariedade e da cooperação fortalece ainda mais a organização dos pequenos agricultores, valorizando as pessoas, capacitando e formando consciência crítica, capaz de entender por que e como fazer a agricultura alternativa”.

Tedesco e Vieira (2006) enfatizam ainda em sua pesquisa, que produtores orgânicos e agroecológicos não são alimentados pela lógica econômica. Os agricultores buscam algo além de uma melhoria econômica. Estão preocupados em produzir, consumir e vender alimentos saudáveis, sabendo que iniciativas nesse âmbito resultaram em melhoria na qualidade de vida dos seus filhos e da sociedade como um todo.

Nesse âmbito, observa-se que os agricultores familiares através de suas atividades produtivas de base ecológicas, conseguiram contemplar os requisitos necessários para a produção de alimentos que propiciam a segurança alimentar. Para Tedesco, Vieira e Silva, (2006, p. 56) “[...] A segurança alimentar depende, entre outros, da autonomia dos agricultores em relação às sementes e demais recursos genéticos que precisam ser assegurados como patrimônio da humanidade”.

[...] Por exemplo, um padrão concentrador de patrimônio e da renda, portanto, socialmente excludente, agrava a questão alimentar pela via da inequidade, enquanto que a promoção de um sistema agroalimentar em bases equitativas e sustentáveis impacta positivamente, o padrão de desenvolvimento econômico (MALUF, 2001, p. 149).

O sistema produtivo de base ecológica apresenta-se como uma agricultura ambientalmente saudável, economicamente viável e socialmente justa. Essa agricultura conduz a sociedade para melhores níveis de segurança e soberania

alimentar. Vale frisar, que iniciativas nesse âmbito não devem surgir apenas por parte dos agricultores e membros da sociedade. O poder público também precisa colaborar para consolidação desse paradigma de produção que vem ganhando um espaço cada vez maior.

[...] A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura (ALTIERI, 2012, p. 29).

Posto esse ângulo, Maluf (2001, p. 148) diz que:

A dimensão de direito básico da questão alimentar aparece na demanda por um acesso adequado aos alimentos. Sua tradução política expressa-se na noção de segurança alimentar, com o sentido de que sejam implementadas ações e políticas públicas que assegurem a todos o direito àquele acesso.

Em busca de viabilizar um melhor aproveitamento do que foi discutido no presente trabalho, o **(quadro 3)** a seguir, sintetiza 20 experiências selecionadas de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos. O intuito é verificar se as experiências apresentadas condizem com a teoria. Ou seja, analisar se produzir, consumir e comercializar produtos de base ecológica realmente constituem-se em uma alternativa para melhoria socioeconômica dos agricultores e agricultoras e para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

**Quadro 3 - Sistematização de experiências de produção e comercialização orgânica e agroecológica no Brasil de 2004 a 2017.**

Região	Estado	Iniciativas	Resultados
Sul	Paraná e Santa Catarina	Família Niedzielski; Igreja Católica; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Cepagri) e a ONG sediada no município de Caçador (SC).	Produção ecológica; fundação da Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União (Afruta); feiras agroecológicas; campos e feiras de sementes crioulas; adubação verde e segurança alimentar.
	Rio Grande do Sul; Santa Catarina e Paraná.	Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) (RS) e a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) (PR).	Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida; produção ecológica; redução de custos com transporte; troca solidária; segurança alimentar.
	Rio Grande do Sul	Centro Ecológico (CE) (1980); Família de Nélio e Aldaci Bellé (1991)	Produção ecológica das frutas nativas; Processamento da produção ecológica de frutas nativas; Comercialização em feiras, restaurantes, casas de sucos, sorveterias, entrepostos e mercearias.
	Rio Grande do Sul	Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela (Cooperfamiliar Ltda.),	Produção ecológica, reutilização de áreas produtivas paradas; segurança alimentar, Controle Social; Comercialização em feiras e mercados institucionais.
Nordeste	Bahia	Rede Panc-Bahia	Cultivo Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs); Distribuição de kits de Pancs; Reincorporação das Pancs à cultura local.
	Pernambuco	Casa da Mulher do Nordeste (CMN); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Empoderamento das mulheres rurais; participação em feiras, mercados locais e institucionais; inserção em espaços públicos, autonomia econômica e política.
	Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.	Dom Helder Câmara	Produção ecológica e diversificada; Implantação das feiras agroecológicas; intercâmbio solidário; segurança hídrica e alimentar.
	Pernambuco	Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável (Adessu)	Produção ecológica e diversificada; Feiras agroecológicas; gestão mais autônoma e segurança alimentar.
Sudeste	Minas Gerais	Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz)	Produção ecológica e diversificada; Intercâmbio solidário; Inserção de outras atividades econômicas, por exemplo, criação animal.
	Minas Gerais	Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão	Inserção social e econômica, agregação de valor; valorização de biomas; autonomia dos gestores e segurança alimentar.
	Minas Gerais	Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ/Ufla) e o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV)	Horticultura orgânica; crédito rural, melhoria na renda dos agricultores; programas urbanos de segurança alimentar e conservação de recursos hídricos.
	Espirito Santo	Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper	Adequação e reaplicação de tecnologias sociais; agregação de valor; comercialização em novos canais e segurança alimentar.

## Continuação

<b>Norte</b>	Amazonas	Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Projeto Reça)	Aumento da renda familiar; segurança alimentar; a diminuição dos riscos de perdas com queda de safras devido à diversificação da produção; e a proteção do meio ambiente com aumento da fertilidade do solo.
	Amazonas	Centro Tipiti de Tecnologias Alternativas	Práticas de conservação dos solos, água, fauna e flora; ampliação da produção; comercialização coletiva; segurança alimentar, certificação orgânica; comércio justo e aumento na renda familiar.
	Amazonas	Núcleo de Socioeconomia, da Universidade Federal do Amazonas e a Escola Municipal Francisca Goês dos Santos	Fortalecimento da agricultura; segurança alimentar e nutricional e da organização sociopolítica das famílias ribeirinhas.
	Pará	Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.	Produção de baixo impacto ambiental nos lotes, criação de feira; geração de renda às famílias e segurança alimentar.
<b>Centro-Oeste</b>	Goiás	Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac) e a Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado	Assistência técnica; autonomia; agroindustrialização dos produtos e subprodutos (resíduos); agregando valor; controle social; acesso a novos mercados, como escolas, lojas de produtos naturais e feiras.
	Goiás	Projeto de Assentamento São Domingos e Cooperativa Mista Solidária de Agricultores Familiares da Reforma Agrária (COOPSAFRA)	Incremento da renda; hortaliças orgânicas; segurança alimentar e novos canais de comercialização.
	Mato Grosso do Sul	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (Coopran)	Fortalecimento da agricultura familiar; comercialização; agroindustrialização; melhorias na qualidade de vida; geração de trabalho e renda de seus cooperados.
	Mato Grosso	Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP)	Desenvolvimento de práticas agroecológicas; fortalecimento da agricultura familiar; incremento de renda, acesso ao mercado institucional e reconhecimento do trabalho das agricultoras familiares.

Fonte: Autora (2018).

Nota: Sistematização das experiências contidas na Revista Agriculturas de 2004 a 2016.

Sistematização das experiências contidas nos Cadernos de Agroecologia de 2011 a 2017.

São muitos relatos de promoção ao desenvolvimento rural sustentável, que sempre emergem para a produção e comercialização de base ecológica. Assim, buscando elucidar melhor a respeito do assunto proposto no presente trabalho. A partir desse momento serão levantadas discussões (pela ordem das regiões e seus respectivos estados, ver quadro 3) a respeito das experiências sintetizadas.

A partir das iniciativas de produção ecológica por parte da Família Niedzielski no Paraná e em Santa Catarina, outros agricultores engajaram-se nessa produção sustentável. Em 1996, 22 famílias fundam a Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União (Afruta). O fortalecimento da Afruta contou com o apoio da Igreja Católica; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Cepagri), a ONG sediada no município de Caçador (SC) e do intercâmbio solidário entre outras Associações e Cooperativas (NIEDZIELSKI; MARQUES; BONA, 2008).

Nessa experiência, foi possível verificar que o mercado local aderiu à ideia da produção sustentável, da segurança e soberania familiar, tornando, assim, um mercado consumidor assíduo, colaborando e muito para a continuidade da produção ecológica, além de que, com o aumento da demanda, mais famílias iniciaram a produção ecológica e se associaram a Afruta.

As articulações entre a Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) de Erechim (RS) e Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) de Curitiba (PR) tiveram início em 2006. A proposta era desenvolver um sistema de comercialização mais abrangente, baseado nos princípios da economia solidária e agroecologia. Essa luta teve origem, devido aos percalços encontrados durante a comercialização e expansão da agroecologia. Após várias rodadas de reuniões, nasceu o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida (MAGNANTI, 2008).

Os resultados da pesquisa mostram que haviam algumas exigências para as associações ou cooperativas comercializarem nos circuitos. Em primeiro lugar, os alimentos a serem ofertados para comercialização teriam que ter sido frutos de uma produção ecológica e serem certificados pela Rede Ecovida. Além disso, a outra exigência, é que todos os produtos deveriam ser advindos da agricultura familiar. Exposto isso, nota-se a preocupação da Rede com a segurança alimentar, fortalecimento da produção e reintrodução dos agricultores em atividades econômicas.

No que concerne à construção de mercados locais, Darolt (2013, p. 139) acentua que “[...] aproximar produtores e consumidores, e estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização são alguns desafios para se criar um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto”.

No Rio Grande do Sul, em meio ao desconhecimento e desvalorização das frutas nativas, surgiram diversos protagonistas buscando reverter esse cenário. Para ênfase de estudo, será posto em análise o Centro Ecológico (CE), que atua na construção de uma agricultura ecológica. Fornece capacitações, assessoria, cursos, oficinas e ainda realizam reuniões com as famílias de agricultores e agricultoras, que buscam através das frutas nativas, incrementar a renda, aproveitar áreas ainda não cultivadas, ou, em alguns casos, ajudam famílias no processo de transição agroecológica.

Em virtude disso, a partir do CE, a família de Nélio e Aldaci Bellé, foi uma das pioneiras no ramo de atividades produtivas com frutas nativas. Essa família está localizada na Região serrada do Rio Grande do Sul, no município de Antônio Prado. Os resultados alcançados a partir da imersão deles nas atividades foram bastante exitosos. Como destacam Köhler e Brack (2016, p. 11) que em razão das atividades de “[...] sensibilização e capacitação realizadas pelo CE, a família engajou-se na atividade de processamento da produção na forma de doces, conservas, compotas e sucos, uma iniciativa econômica que foi posteriormente formalizada na Agroindústria Bellé”. Cabe mencionar as feiras, restaurantes, casas de sucos, sorveterias, entrepostos e mercearias que atuam como importantes instrumentos de comercialização para a continuidade desse mercado (KÖHLER; BRACK, 2016).

Outra experiência no Rio Grande do Sul mostra que a partir de um grupo de agricultores familiares e indígenas, em 2001, foi constituída a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela (Cooperfamiliar Ltda.). A cooperativa é fruto da mobilização dos movimentos sociais locais, que tiveram como objetivos: a) a construção de um modelo de gestão mais participativo; b) a contribuição para a organização e fortalecimento da produção agroecológica; c) possibilitar canais de comercialização para os produtos dos agricultores e indígenas. (Pandolfo, 2008). Cabe salientar que feito à análise da pesquisa do Pandolfo (2008), verificou-se que esses objetivos foram almejados.

Agora, ao abordar sobre a Região Nordeste, será discutido um pouco sobre o cultivo e comercialização de Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs)<sup>5</sup>. Assis et al (2016, p. 17) frisam que o primeiro contato sobre as Pancs teve início “[...] nas feiras de algumas cidades na Bahia, onde foi possível identificar as espécies que estão bem estabelecidas, as emergentes – já encontradas com alguma frequência nesses comércios – e aquelas com circulação limitada.[...]”. A partir desse diagnóstico a Rede Panc-Bahia<sup>6</sup> junto com outros parceiros, vem conduzindo ações na promoção do resgate dessas espécies, buscando incentivar o cultivo e o consumo das Pancs (ASSIS, et al, 2016).

Diante disso, com intuito de reinserir as Pancs nas feiras, foram distribuído kits de Pancs. A ideia foi avaliar a aceitação dos consumidores. Feito a referida avaliação, verificaram que a receptividade dos consumidores permitiu maior adesão das Pancs, de forma a permitir experiências de cultivo, possibilitando a reincorporação a cultura local, tanto no que se refere à produção, como a comercialização em feiras.

Importante salientar que, além de algumas vezes haver dificuldade na identificação botânica correta das Pancs, elas não estão uniformemente distribuídas em todas as regiões. O melão coalhada, por exemplo, foi encontrado apenas em cidades mais ao norte do estado. Outras espécies ganham maior destaque em determinados locais. É o caso da araruta (*Maranta arundinaceae* L.), que é produzida comercialmente e chegou a ser incluída na merenda escolar nos municípios do Recôncavo Baiano (ASSIS, et al, 2016, p. 18).

Constatou-se que a Rede Panc-Bahia reverteu o quadro de desinformação e desinteresse, por meio de mecanismos de divulgação no meio acadêmico e nas comunidades locais. Outro fator importante nas ações da rede foi a adesão de profissionais e estudantes do curso de Gastronomia, visto que a culinária é um elo promissor na agregação de valor a um produto alimentício.

Já no que se refere ao estado de Pernambuco, a Casa da Mulher do Nordeste (CMN) incentivou a autonomia das mulheres, despertando o desejo de administrar, de ter seu próprio dinheiro, sem que para isso fosse necessário pedir ao seu esposo. Assim, a partir do apoio da CMN, as agricultoras começaram a trabalhar na produção de hortas, criação de galinhas, beneficiamento de frutas, em alguns casos,

<sup>5</sup> São espécies vegetais pouco conhecidas em alguns territórios, por exemplo, o umbu é fruto encontrado com ampla circulação no semiárido do Brasil.

<sup>6</sup> Os integrantes da rede são da Escola de Administração (na área de Economia Solidária), Instituto de Biologia (na área de Recursos Genéticos Vegetais), Escola de Nutrição (no curso de Gastronomia).

devido ao período de seca, algumas agricultoras também foram trabalhar como domésticas. Esse cenário também só foi possível através da comercialização dos produtos de base ecológica em feiras, mercados locais e institucionais, como PAA e PNAE.

Esses instrumentos também foram de grande importância para o engajamento das agricultoras do Sertão do Pajeú em Pernambuco. Como destacam Ferreira e Siliprandi (2015, p. 59) “No caso do Sertão do Pajeú, essa transformação social vem ocorrendo pela inclusão econômica das mulheres agricultoras, gerando autonomia e maior participação em diversos espaços no âmbito público e privado”.

Outro projeto analisado foi o projeto Dom Helder Câmara desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Jalfim et al (2008) articulam que o projeto tem o objetivo de apoiar ações referentes ao desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares no semiárido nordestino. Atualmente dispõe de uma ampla rede de parceiros de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O projeto Dom Helder Câmara conta com ações de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável em 6 estados no semiárido Nordeste, onde tem apresentado resultados exitosos desde 2002. Já são mais de 15 mil famílias beneficiadas. Cabe mencionar que o projeto já está em sua segunda fase.

A outra experiência praticada no Semiárido Pernambucano é Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável (Adessu), que se destacou pela busca dos agricultores familiares agroecológicos em se apropriar das várias potencialidades agrícolas e pecuárias sustentáveis. Santos e Barreto (2005, p. 33) destacam que:

Essas experiências inovadoras de produção agroecológica vêm possibilitando às famílias agricultoras a melhoria da qualidade de vida e uma gestão mais autônoma e mais próspera de suas economias. Isso significa a reconstrução do prazer de ser gente mais alegre e satisfeita, com auto-estima elevada e plantando mais vida para um mundo melhor.

As mudanças no sistema produtivo são necessárias, pois se observa que iniciativas de base agroecológica possuem resultados promissores tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Silva e Amorim Junior (2013), dizem que o mercado institucional proporciona a estruturação para que os agricultores realizem suas atividades econômicas, como pode ser observado no caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz) em Minas Gerais, onde “[...]”

A economia é vista como parte das relações entre esses agentes. E é nessa perspectiva que o enfoque agroecológico vem descortinando novos caminhos para que novos mercados para a agricultura familiar sejam construídos em Espera Feliz” (SILVA; AMORIM JUNIOR, 2013, p. 17).

Visto os impasses que os agricultores da região semiárida enfrentam ainda mais no que diz respeito à questão sociopolítica, uma que vez o atual modelo de desenvolvimento só beneficia ao agronegócio, percebe-se a necessidade de mudança. Nesse sentido, Gonçalves e Rosa (2005) destacam que a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão vem conseguindo reinserir os agricultores em atividades econômicas, por meio dos mercados locais e regionais, a cooperativa pode ser caracterizada como um projeto de convivência socioambiental e de inclusão social, uma vez que promove mudanças no âmbito social e econômico dos agricultores.

Na prática, são famílias agricultoras, comunidades tradicionais, coletivos autônomos que buscam explorar os recursos da biodiversidade de forma sustentável, por meio de sistemas de produção ecológica, garantindo a conservação ambiental, a geração de renda e a promoção de soberania alimentar (KÖHLER; BRACK, 2016, p. 7).

Em virtude das dificuldades de comercialização das feiras, O Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ/Ufla) e o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), começam a desenvolver ações, como, pesquisar feiras, identificar problemas, soluções e alternativas, além de propor ações concertadas para seu melhoramento. A partir disso, houve melhoras significativas, por exemplo, a demanda por horticultura orgânica aumentou; a renda dos agricultores também teve uma melhora significativa; começaram a surgir programas urbanos de segurança alimentar e conservação de recursos hídricos, entre outros (RIBEIRO, et al, 2005)

Essa experiência de apoio e incentivo a feira livre, encontrada no Alto e Médio Jequitinhonha (MG), mostra como esse canal de distribuição é importante para o comércio em muitas localidades, como salienta Ribeiro et al (2005, p. 6) “[...] Os consumidores dizem que nenhum estabelecimento de verdureiro profissional, ou sacolão, substitui a feira, porque é nela que encontram os produtos que fazem parte de seus costumes alimentares”.

Diante dos relatos de insegurança alimentar e dos problemas de saúde, ocasionados pelo contato dos agricultores e agricultoras com produtos químicos,

dado o aquecimento de mercado de exportação e do aceleração das áreas de monocultivos, foi elaborado o projeto de Estruturação e Fortalecimento dos Setores Produtivos da Agricultura Familiar do Norte do Espírito Santo (Tecsosial). A execução do projeto ocorreu pelo Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Os resultados como ressalta Bosisio et al (2013, p. 1) foram bem prósperos, pois a Tecsocial incentivou e colaborou com o “[...] cultivo de alimentos nas propriedades de 66 agricultores familiares, melhorando a qualidade de sua alimentação e de suas famílias, e por consequência o aumento da diversidade e da quantidade da comercialização [...]”.

O Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Projeto Reça) mesmo diante das limitações encontradas na Amazônia, demonstrou que o sistema produtivo baseado nos Sistemas Agroflorestais (SAFs), viabilizou a diminuição dos riscos de perdas com queda de safras; a melhoria da alimentação; o aumento da renda familiar e a proteção do meio ambiente com aumento da fertilidade do solo. “A singularidade do Projeto Reça não está somente na construção de uma alternativa de produção fundada em princípios agroecológicos, mas também no seu processo de organização para o controle sobre a cadeia produtiva [...]” (PAULA; SILVA, 2004, p. 13).

Além da iniciativa do projeto Reça, o Centro Tipiti de Tecnologias Alternativas vem promovendo algumas ações estratégicas, visando desenvolver alternativas produtivas para as áreas degradadas na terra firme e na várzea. Nesse sentido, Solyno Sobrinho (2005, p. 25) diz que o Centro Tipiti vem desenvolvendo “[...] um trabalho de manejo florestal de açazais e outras práticas agroecológicas nas áreas de várzea do município, trabalho este que se tornou referência, repercutindo em toda região”.

O Núcleo de Socioeconomia, da Universidade Federal do Amazonas em parceria com a Escola Municipal Francisca Goés dos Santos, também vem promovendo ações dinamizadoras na Amazônia, a destacar pelo Projeto Técnicas Agroecológicas - uma iniciativa para o fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar em comunidades ribeirinhas no Amazonas. Essa iniciativa contribuiu para “[...] o fortalecimento da agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e, conseqüentemente, impulsionaram ações que culminam na manutenção e na conservação dos agroecossistemas amazônicos (SANTIAGO et al, 2017, p. 7)

Miranda (2011) salienta que em vista da precariedade de infra-estrutura social e produtiva nas comunidades, a Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais promoveram ações buscando viabilizar um canal de comercialização a 12 projetos de assentamentos em Marabá-PA. A partir dessa iniciativa, houve a criação da Feira da Agricultura Familiar de Marabá-PA, que amenizou vários problemas que os agricultores e agricultoras vinham enfrentando, no que concerne a comercialização dos seus produtos. Além disso, outra conquista importante foi o aumento da autoestima dos trabalhadores, que agora conseguem vê os resultados concretos dos seus esforços, como a produção de baixo impacto ambiental nos lotes, o incremento na renda e a segurança alimentar.

Com o assessoramento do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac), as comunidades extrativistas do Cerrado em Goiás conseguiram se sobressair diante do cenário a qual estava exposto, onde o acesso restrito aos meios de reprodução social, como terra, água e biodiversidade; a não agregação de valor aos produtos comercializados; a dificuldade de participar dos espaços de discussão e formulação das políticas públicas dificultavam as atividades econômicas realizadas pelos extrativistas do Cerrado. Em meio a todos esses problemas, o Cedac possibilitou assistência técnica; agroindustrialização dos produtos e subprodutos (resíduos); agregação de valor; controle social e a inserção dos produtos em redes de comercialização (SILVA; EGITO, 2005).

Outra iniciativa no estado de Goiás foi o Projeto de Assentamento São Domingos que conta com o apoio da Cooperativa Mista Solidária de Agricultores Familiares da Reforma Agrária (COOPSAFRA) para a comercialização de seus produtos. Para Oliveira et al (2013) a implantação da cooperativa e do acesso a mercados institucionais viabilizou significativamente a comercialização e o incremento de renda dos assentados cooperados.

Em Mato Grosso do Sul, a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (Coopran) conseguiu assistência técnica para o preparo e conservação do solo, além de veículos para transporte da produção dos agricultores familiares do município. Essas conquistas foram resultados da parceria entre a Coopran e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, alicerçado a essa parceria, veio o fortalecimento da agricultura familiar; comercialização em

novos canais; a agroindustrialização; melhorias na qualidade de vida; geração de trabalho e renda de seus cooperados (LIMA; PALERMO; ALVES, 2010).

A mobilização de um grupo de mulheres, em Mato Grosso, resultou na criação da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) em 2009. Essa iniciativa reverteu à situação econômica das mulheres, ainda possibilitou o extrativismo sustentável de frutos nativos, que logo, proporcionaram melhores condições de vida no campo (MENDES, et al, 2013).

A análise dessas experiências na Amazônia, Pará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, apontam para o que já fora abordado no decorrer do trabalho, a produção de base ecológica nas regiões Norte e Centro-Oeste ainda é muito incipiente. Além disso, redes de comercialização efetivas é outro gargalo encontrado para que ocorra a consolidação desse setor para as regiões mencionadas. Como sublinham Silva e Egito (2005, p. 14):

Essas comunidades agroextrativistas têm enfrentado nas últimas décadas, uma perda crescente de espaço, sobretudo devido à ação do agronegócio exportador, que impõe uma nova lógica de ocupação do território e utilização dos recursos naturais. No entanto, além de concentrar riqueza e poder, esse modelo ocasiona a contaminação dos solos, da água e dos alimentos, inviabilizando práticas socioculturais dos que lá vivem e destituindo- os de suas identidades.

Paula e Silva (2004, p. 12) ainda acentuam que esse modelo de produção adotado (agronegócio), está “[...] centrado na grande empresa capitalista – vem resultando na exploração predatória da natureza, no extermínio de populações indígenas e na exclusão social do campesinato”.

Mendes et al (2013) apontam que tanto o Cerrado como a Amazônia mato-grossense vem sofrendo as consequências da expansão das monoculturas com uso intensivo de agrotóxicos, dos desmatamentos e queimadas, além da pressão dos empresários rurais sobre unidades de conservação, como terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

No que concerne os entraves no percurso, na maioria das experiências, foram relacionados à descontinuidade de políticas públicas, devido à instabilidade política. Outro fator preponderante foi quanto ao acesso a crédito (financiamento) que na maioria das vezes, estão voltados para grandes produtores (do agronegócio). Esses entraves expressam uma realidade pertinente, infelizmente, ainda encontrada no setor agropecuário no Brasil.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho traçamos um quadro geral a respeito do mercado de produtos orgânicos. O foco voltou-se, sobretudo em expor o processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, apresentando algumas experiências.

Assim, após as análises das experiências discutidas, verificou-se que, essas dinâmicas locais de cooperação e associativismo são primordiais na luta contra o sistema produtivo dominante no campo. Uma vez que, viabiliza a inserção dos agricultores familiares em atividades produtivas, por meio da valorização das potencialidades locais, como foi visto, o resgate do cultivo e consumo de frutas nativas e das Plantas Alimentícias Não Convencionais.

Essa inserção dos agricultores em atividades econômicas emerge-se como uma estratégia importante para a geração de renda para os agricultores. Além disso, essas atividades tem como predomínio a produção de base ecológica, que não é dependente de insumos químicos, ao ponto que colabora com a conservação da biodiversidade, segurança e soberania alimentar.

No mais, verificou-se a feira dos produtos orgânicos como principal canal de distribuição de comércio justo. São nelas que os agricultores conseguem legitimar os frutos do seu trabalho no campo e agregar valor aos seus produtos.

Em relação ao Brasil e suas principais unidades produtivas orgânicas, constatou-se a partir dos dados, que as regiões Sul e Sudeste possuem maior abrangência de produção orgânica, o Nordeste também vem se destacando ao longo dos anos. Já nas regiões Norte e Centro-Oeste a produção orgânica ainda é um pouco incipiente.

Contudo, a partir das experiências discutidas, percebe-se que o engajamento dos agricultores ecológicos ao acessar canais de distribuição, como feiras, mercados locais e institucionais (PAA, PNAE), podem conseguir bons frutos como: Produção ecológica, reutilização de áreas produtivas paradas, segurança e soberania alimentar e controle social. Além do mais, conseguem contemplar os requisitos necessários para o desenvolvimento sustentável no campo, constrói relações com base na reciprocidade e confiança entre produtores e consumidores, e ainda, possibilita o intercâmbio de saberes entre os agentes envolvidos.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.
- ASSIS, J. G. A., et al. Plantas Alimentícias Não Convencionais na Bahia: uma rede em consolidação. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 13 – nº 2, p. 16-20, jun. 2016.
- AZEVEDO, P. F. Comercialização de produtos agroindustriais. In. Batalha, M. O (coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAl: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, p. 63-112, 2012.
- BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.
- BARBOSA, L. C. B. G. **A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares**, 2007. Dissertação de Mestrado (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas.
- BARBOSA, LCG; LAGES, A. M. G. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. **Anais do III Encontro da ANPPAS**, 2006.
- BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F.. F. **Parceria entre Consumidores e Produtores na organização de feiras**. 2011.
- BOSISIO, F. et al. A integração dos Programas de Aquisição de Alimentos - MDS e Mesa Brasil - SESC, como estratégia para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da comercialização dos produtos da agricultura familiar.. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez. 2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14391>>. Acesso em: 07 jan. 2018.
- BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: **Relatório de balanço 2013-2015**. Brasília: CIAPO, 2016.
- CECHIN, A. VEIGA, J. E. O fundamento central da economia ecológica. In. MAY, P. H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHMIELEWSKA, D.- **Projeto de Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (FAO) e Acordo de Cooperação Técnica (IDEC-MDS). Colaboração de Thais Mascarenhas (Instituto Kairós) no desenvolvimento do conteúdo e Paula Pereira no desenvolvimento gráfico. 2017.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In. NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L.

VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. p.139-167, 2013.

DAROLT, M. R., et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. In. BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J. P.; LAMINE, C. (org.). **Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, p. 111-131, 2015.

FERREIRA, A. P. L.; SILIPRANDI, E. A importância da dimensão econômica no trabalho organizativo com mulheres rurais do Sertão do Pajeú (PE). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12 – n ° 4, p. 55-59 dez. 2015.

GODOY, W. I.; DOS ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

GONÇALVES, B.; ROSA, H. S. Cooperativa Grande Sertão: articulando populações e diversidades do Norte de Minas Gerais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 2, n. 2, p. 17-21, jun. 2005.

GLIESSMAN, S. R.; e ZUGASTI, c. g. Qué es Agricultura Sostenible? Agroecologia y Agroecosistemas em uma época cambiante. In. FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA. J. R. T. (org.). **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, p.15-38, 2006.

IDEC. **Mapa de Feiras aproxima consumidores e produtores orgânicos**. 2017.

IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements. **The Future 2015: Consolidated annual report of IFOAM - Organics International**. Bonn: IFOAM - Organics International Head Office, 2015.

JALFIM, F. *et al.* Promovendo feiras agroecológicas no semiárido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5 – n. 2, p. 23-25 – jun. de 2008.

KÖHLER, M.; BRACK, P. Frutas nativas no Rio Grande do Sul: cultivando e valorizando a diversidade. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 13 - n. 2, p. 7-15, jun. 2016.

LIMA, J. B. M.; PALERMO, H. O.; ALVES, F. V. Organização de pequenos produtores rurais em forma de cooperativa: o caso do Município de Anastácio, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 5, n. 1, jun. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/10319>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MACHADO, M. D. SILVA, A. L. Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar. In. SOUZA FILHO, H. M. BATALHA, M. O. (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, p. 95-128, 2005.

MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5 – n ° 2, p. 22-29, jun. 2008.

MALUF, R. S. **Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar**. 2001.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica – 7. Ed.** – São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, M. F. et al. Riquezas nativas e a agricultura familiar: a experiência da ARPEP na região sudoeste de Mato Grosso. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez. 2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/13926>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MEIRELLES, L. Sistemas agroalimentares: humanizar é possível Agriculturas. **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 8 - n. 3 – set. 2011.

MIRANDA, J. R. S. Extensão rural e agroecologia: a criação da Feira da Agricultura Familiar de Marabá-PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, nov. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11454>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

NATES, J. F. D.; SCARPELLI, M. O. Elementos de gestão na produção rural. In. . BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, p. 629-664, 2012.

NIEDERLE, P. A. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10 - n. 2, p. 4-7 – jun. 2013.

NIEDZIELSKI, A.; MARQUES, A. C.; BONA, L. C. Trajetória e desafios da construção de mercados locais para a agricultura ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5 – n. 2, p. 18-22, jun. 2008.

OLIVEIRA, J. M. et al. Progresso através do cooperativismo: experiência de agricultores familiares assentados no município de Morrinhos (GO). **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez. 2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14047>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

ORMOND, J. G. P. et al. **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

PANDOLFO, M. C. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5 – n. 2, p. 14-17, jun. 2008.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.

PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. Remando contra a corrente: Projeto Reça e a busca da sustentabilidade na Amazônia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1 – n. 1, p. 12-14, nov. 2004.

**PLANETA ORGÂNICO. Mercado e Consumo de Alimentos Orgânicos no Mundo e a Produção Orgânica no Mundo e as Características de cada Continente.**

Relatórios de Mercado, Abril/Maio 2006. Disponível em:

<<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/relatorio-n-1/>>. Acessado em: 10 de jan. 2018.

RIBEIRO, E. M. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 2 – n° 2, p. 05-09, jun. 2005.

SANTOS, D. C. L. P. et al. Empreendedorismo Sustentável: Perfil dos Produtores da Feira Agroecológica da Orla de Olinda-PE. **HOLOS**, v. 2, 2013.

SANTOS, J. A.; BARRETO, R. Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 2, n. 3, p. 31-33, out. 2005.

SANTIAGO, J. L. et al. Extensão rural agroecológica: uma estratégia para a multiplicação de conhecimentos agroecológicos em comunidades ribeirinhas no Amazonas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 12, n. 1, jul. 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22359>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SCHMITT, C.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 5, n. 2, p. 7-13, 2008.

SILVA, A. L.; BATALHA, M. O. Marketing estratégico aplicado ao agronegócio. In. BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAl: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, p. 113-182, 2012.

SILVA, M. G.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. Inovações organizacionais para a construção de mercados locais e solidários em Espera Feliz (MG). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 10, n. 2, p. 14-17, jun. 2013.

SILVA, A. K.; EGITO, M. Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado: um novo protagonismo social. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 2 – n° 2, p. 14-16, jun. 2005.

SOLYNO SOBRINHO, S. A. A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 2 – n° 3, p. 23-26, out. 2005.

SOUZA, M. C. Produtos Orgânicos. In ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, p. 385-402, 2000.

SOUZA FILHO, H. M. Desenvolvimento agrícola sustentável. In. BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAl: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3. Ed. – 6 reimpr. – São Paulo: Atlas, p.665-709, 2012.

VILELA, N. J.; RESENDE, F. V.; MEDEIROS, M. A. Evolução e cadeia produtiva da agricultura orgânica. **Embrapa Hortaliças-Circular Técnica (INFOTECA-E)**, 2006.

TEDESCO, J. C.; VIEIRA, G. Z. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. In. Universidade de Passo Fundo (Ed.). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo**. Porto Alegre: EST, p. 17-26, 2006.

TEDESCO, J. C.; VIEIRA, G. Z.; SILVA, P. A produção, a comercialização e a possível industrialização de produtos no mercado agroecológico. In. Universidade de Passo Fundo (Ed.). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo**. Porto Alegre: EST, p. 44-69, 2006.

**APÊNDICE A – CERTIFICADORAS ATUANTES EM 2017**

<b>CERTIFICADORA</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>ESCOPO</b>
Certificadoras por auditorias		
<b>Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)</b>	Curitiba/PR	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Ecocert Brasil Certificadora Ltda</b>	Florianópolis/SC	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico, Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas)
<b>IBD Certificações Ltda</b>	Botucatu/SP	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico e Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas)
<b>IMO Control do Brasil Ltda</b>	Alfenas/MG	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Agricontrol OIA Ltda</b>	Goiatuba/GO	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico e Processamento de Produtos Têxteis
<b>Instituto Nacional de Tecnologia</b>	Rio de Janeiro/RJ	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade</b>	Santa Teresa/ES	Produção Primária Vegetal, Processamento de Produto de Origem Vegetal
<b>Instituto Mineiro de Agropecuária</b>	Belo Horizonte/MG	Produção Primária Vegetal, Produção Primária Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Processamento de Produtos de Origem Animal
<b>Cugnier Certificadora</b>	Itajaí/SC	Produção Primária Vegetal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Processamento de Produto de Origem Animal
<b>- KIWA BCS ÖKO-GARANTIE DO BRASIL LTDA</b>	Florianópolis/SC	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Savassi Certificação de Serviços Administrativos Ltda</b>	Patrocínio/MG	Produção Primária Vegetal
Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica		

<b>Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)</b>	Campinas/SP	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal,
<b>Associação Ecovida de Certificação Participativa</b>	Três Cachoeiras/RS	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)</b>	Rio de Janeiro/RJ	Extrativismo Sustentável Orgânico e Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas)
<b>Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)</b>	Botucatu/SP	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal
<b>OPAC – Cerrado / Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF SINDIORGÂNICOS/DF</b>	Brasília/DF	Produção Primária Vegetal
<b>Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS)</b>	Glória de Dourados/MS	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal
<b>Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense</b>	São Raimundo Nonato/PI	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal.
<b>Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA)</b>	Quixeramobim/CE	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal.
<b>Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns/Crateús (ACEPI)</b>	Crateús/CE	Produção Primária Vegetal
<b>Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe (ECOARARIPE)</b>	Ouricuri/PE	Produção Primária Vegetal
<b>Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas – (Orgânicos Sul de Minas)</b>	Inconfidentes/MG	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Processamento de Insumo Agrícola, Extrativismo Sustentável Orgânico, Processamento de Produtos Têxteis
<b>Associação OPAC Litoral Norte</b>	Itati/RS	Produção Primária Vegetal, Processamento de Produto de Origem Vegetal

<b>Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA)</b>	Apodi – RN	Produção Primária Vegetal
<b>Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC)</b>	Goiânia/GO	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda. (COCEARGS)</b>	Porto Alegre/RS	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal e Processamento de Produto de Origem Vegetal
<b>Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX)</b>	Brasília/DF	Produção Primária Animal, Processamento de Produtos de Origem Animal
<b>Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa</b>	Sacramento/MG	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (Rama)</b>	Porto Alegre/RS	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal
<b>Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa</b>	Serra Grande/Uruçuca/BA	produção primária animal, produção primária vegetal, processamento de produtos de origem animal, processamento de produtos de origem vegetal e extrativismo sustentável orgânico
<b>Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul</b>	Florianópolis/SC	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>Rede Borborema de Agroecologia</b>	Itabaiana /PB	Produção Primária Vegetal
<b>Orgânicos Jequitinhonha - Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina</b>	Turmalina/MG	Produção Primária Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico
<b>ASSOCIAÇÃO BARROCA DE CIMA – ABC ORGÂNICO</b>	Senhor do Bonfim/BA	Produção Primária Vegetal
<b>ASSOCIAÇÃO MANIVA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA – OPAC MANIVA</b>	Manaus/AM	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Processamento de Insumo Agrícola (sementes e mudas), Extrativismo Sustentável Orgânico.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <http://www.agricultura.gov.br>.